

CNPJ 82.925.025/0001-60
Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000
Fone: 48 32673200 – SETOR DE LICITAÇÃO



	SOLICITAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO	SOLICITAÇÃO
	SECRETARIA: ADMINISTRAÇÃO SETOR: SECRETARIA DE OBRAS	438/2023
ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL E/ OU SERVIÇO COM TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO	

SOLICITO ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO PARA CONTRATAÇÃO DE UM PRESTADOR DE SERVIÇO NA ÁREA DE RECAPE E VULCANIZAÇÃO DE PNEUS.

Item	Unid.	Especificação	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	Unid.	Recape de Pneu 750 x 16 para Trator Agrícola 8 Lonas - com friso	12	R\$ 679,00	R\$ 8.148,00
2	Unid.	Recape de Pneu 18.4.30 – 10 Ionas, Agrícola G. Média.	08	R\$ 3.224,70	R\$ 25.797,60
3	Unid.	Recape de Pneu 10.5/65 16	15	R\$ 1.009,70	R\$ 15.145,50
4	Unid.	Recape de Pneu 19.5 L 24 – 12 Ionas (Garra Terraplanagem)	16	R\$ 3.034,70	R\$ 48.555,20
5	Unid.	Recape de Pneu 12.5/80-18 – 10 Ionas (frisado)	12	R\$ 1.394,00	R\$ 16.728,00
6	Unid.	Recape de Pneu 12.5/80-18 – 10 Ionas (Garra Terraplanagem)	12	R\$ 1.490,70	R\$ 17.888,40
7	Unid.	Recape de Pneu Borrachudo 1000 x 20	20	R\$ 875,35	R\$ 17.507,00
8	Unid.	Recape de Pneu 1400/24 – 12 Lonas.	20	R\$ 2.358,00	R\$ 47.160,00
9	Unid.	Recape de Pneu 14-9-24 — 12 Ionas - Garra média Agrícola.	04	R\$ 2.168,35	R\$ 8.673,40
10	Unid.	Recape de Pneu 18-4-34 — 18 Ionas — Garra média Agrícola.	04	R\$ 3.204,00	R\$ 12.816,00
11	Unid.	Recape de Pneu 16-9-28 – 10 Ionas (Garra Terraplanagem)	04	R\$ 2.732,00	R\$ 10.928,00
12	Unid.	Recape de Pneu 10.5/80 – R18 (Frisado)	04	R\$ 1.326,70	R\$ 5.306,80
13	Unid.	Recape de Pneu 11R 22.5 – Borrachudo	10	R\$ 1.042,70	R\$ 10.427,00
14	Unid.	Recape de Pneu 275/80 R22.5 borrachudo, sulco da borracha com no minimo 22mm de profundidade.	40	R\$ 1.016,70	R\$ 40.668,00
15	Unid.	Recape de Pneu 225/75 R16 – Liso/Borrachudo	20	R\$ 640,70	R\$ 12.814,00
16	Unid.	Recape de Pneu 215/75 R17.5 – Liso/Borrachudo	20	R\$ 668,00	R\$ 13.360,00

Endereço: Rua Santo Inácio, 126, Praça Del Comune – Centro, Nova Trento/SC, CEP 88.270-000 – Fone (48) 3267-3200

RECEBIDATS
NOME
RECEBIDATS



CNPJ 82.925.025/0001-60 Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000 Fone: 48 32673200 – SETOR DE LICITAÇÃO



17	Unid.	Recape de Pneu 1000x20 TG85 borrachudo, sulco da borracha com no minimo 22mm de profundidade.	20	R\$ 960,35	R\$ 19.207,00
18	Unid.	Recape de Pneu 12.4-24, garra média (trator)	06	R\$ 1.826,70	R\$ 10.960,20
19	Unid.	Recape de Pneu 17.5 – 25 (Garra Terraplanagem)	12	R\$ 2.925,00	R\$ 35.100,00
20	Unid.	VULCANIZAÇÃO - Pneu para Patrola Caterpillar, Patrola Case, Carregadeira Michigan, Trator Ford 5030, Trator Ford TL80, Retro Maxion, Retro New Holland.	150	R\$ 820,00	R\$ 123.000,00
21	Unid.	VULCANIZAÇÃO - Pneu para Ônibus, Caçamba, Caçamba do Lixo, Micro-ônibus.	150	R\$ 328,35	R\$ 49.252,50
		3		Total →	R\$ 549.442,60

JUSTIFICATIVA: FATOS ICOMUNS E CORRIQUEIROS QUANTO AOS DESGASTES DE PNEUS QUE RELATIVAMENTE SÃO DE ALTO VALOR É NECESSARIO E MUITO VIAVEL ADENTRAR COM ESSE TIPO DE PRESTADOR DE SERVICOS NA QUAL REPARAM E REFAZEM NOVAMENTE A UTILIDADE DOS PNEUS QUE SE ESTRAGAM OU DESGASTAM.

FONTE DE RECURSOS:	VALOR DA DOTAÇÃO:
Pelo exposto, solicito autorização para dar continuidade ao presente processo: Nova Trento, 16 de Outubro de 2023. Sr. Ricardo Bittencourt Secretário de Obras	Sr. Secretário de Finanças



CNPJ 82.925.025/0001-60
Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000
Fone: 48 32673200 – SETOR DE LICITAÇÃO



TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

- 1.1 Em razão da necessidade de Contratação parcelada de Serviços de Recapagem de Pneus para reposição nos veículos da frota da Prefeitura de Nova Trento e suas Secretarias, foi autorizado pelo Chefe do Poder Executivo, a abertura de procedimento licitatório na modalidade Pregão com vistas à aquisição em epígrafe.
- 1.2. O fornecimento do objeto deverá atender às exigências e especificações abaixo discriminadas:
- a) Deverão ser prestados todos os esclarecimentos solicitados e atendidas prontamente todas as reclamações pertinentes que porventura surjam durante a execução do contrato; b) A empresa deverá responder por quaisquer danos pessoais ou materiais ocasionados por seus empregados durante execução do contrato. a c) Os serviços de recapagem de pneus deverão ser feitos com borracha Classe A, resistente à bitola do pneu e com Certificado do INMETRO (das bandas de rodagem, ligação e borracha). A marca deverá ser especificada na proposta e o Certificado das bandas, ligação e borracha que será utilizada nos serviços de recapagens deverá estar em anexo à proposta. d) A contratada se obriga a executar os serviços atendendo as normas técnicas e legais vigentes. e) A empresa adjudicada deverá fornecer garantia em relação a defeitos na recapagem pelo prazo de no mínimo 90 dias.

2. METODOLOGIA

A Prefeitura através de sua Secretaria emitirá Autorização de Fornecimento que será enviada aos licitantes vencedores via e-mail, sendo que, após o recebimento da Autorização a empresa vencedora terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a entrega do bem no endereço citado abaixo, ou seja, após a emissão da AF a empresa deverá coletar os pneus e entregá-los recapados dentro do prazo de 5 dias — o transporte é por conta da empresa licitante e o valor deverá estar incluso no valor final do serviço.

3. DO PRAZO / FORMA DE ENTREGA E FORNECIMENTO

A(s) empresa(s) vencedora(s) deverão retirar os pneus no pátio da Secretaria solicitante e deverá entregá-los no mesmo local, recapados no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis. Todas as entregas deverão seguir as quantidades e tipos solicitados. Quando da entrega será feito vistoria e os produtos que estiveram em desacordo com o edital serão devolvidos.



CNPJ 82.925.025/0001-60
Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000
Fone: 48 32673200 – SETOR DE LICITAÇÃO



A secretaria solicitante se reserva o direito de não se vincular a pedido mínimo, devendo o fornecedor retirar a quantidade de pneus que for solicitada conforme Autorização de Fornecimento.

4. DA GARANTIA

A empresa adjudicada deverá fornecer garantia em relação a defeitos na recapagem pelo prazo de no mínimo 90 dias.

5. DO RECEBIMENTO DO MATERIAL

Fica responsável pelo recebimento do material, o Secretário Responsável pela solicitação ou outro servidor público indicado por ele que verificará as quantidades e liquidará a NF confirmando o recebimento do material. O Servidor ou Secretário deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, conforme Art. 67, caput e seus §§1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

6. PAGAMENTOS

Os pagamentos serão efetuados 30 dias após a execução dos serviços, a contar da data de emissão da NF por parte do licitante vencedor.

7. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

O prazo de validade do registro de preços será de 12 (doze) meses contados a partir da data da publicação da respectiva ATA.

8. DOS REAJUSTES

Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços, caso ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme disposto no Art. 65, alínea "d" da Lei 8.666/93. No caso de solicitação do equilíbrio econômico-financeiro, a contratada deverá solicitar formalmente a Prefeitura de Nova Trento, devidamente acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, sendo que o mesmo será encaminhado à procuradoria jurídica do município para o devido parecer.

10. PREÇOS MÁXIMOS ACEITOS

A proposta que apresentar valor unitário do item superior ao estimado em tabela abaixo será desclassificada. O cálculo da despesa foi efetuado com base no valor de mercado.

BOM DIA SEGUA EM ANEXO ORÇAMENTO RECAPE DE PNEUS



De SCOCHI PNEUS <scochipneus@gmail.com>

Para <obras@novatrento.sc.gov.br>

Data 11-10-2023 09:11

CORCAMENTO.pdf(~630 KB)



Empresa: SCOCHI PNEUS

CNPJ: 47.774.578/0001-69

Data: 11/10/2023

Validade da proposta: 60 dias



Item	Unid.	Especificação	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	Unid.	Recape de Pneu 750 x 16 para Trator Agrícola 8 Lonas - com friso	12	R\$740,00	R\$8.880,00
2	Unid.	Recape de Pneu 18.4.30 – 10 lonas, Agrícola G. Média.	8	R\$3.180,00	R\$25.440,00
3	Unid.	Recape de Pneu 10.5/65 16	R\$1.060,00	R\$15.900,00	
4	Unid.	Recape de Pneu 19.5 L 24 – 12 Ionas (Garra Terraplanagem)	16	R\$3.180,00	R\$50.880,00
_ 5	Unid.	Recape de Pneu 12.5/80-18 – 10 lonas (frisado)	12	R\$1.300,00	R\$16.560,00
6	Unid.	Recape de Pneu 12.5/80-18 – 10 lonas (Garra Terraplanagem)	12	R\$1.380,00	R\$16.560,00
7	Unid.	Recape de Pneu Borrachudo 1000 x 20	20	R\$980,00	R\$19.600,00
8	Unid.	Recape de Pneu 1400/24 – 12 Lonas.	30	R\$2.265,00	R\$67.950,00
9	Unid.	Recape de Pneu 14-9-24 – 12 lonas - Garra média Agrícola.	4	R\$1.940,00	R\$7.760,00
10	Unid.	Recape de Pneu 18-4-34 – 18 Ionas – Garra média Agrícola.	4	R\$3.420,00	R\$13.680,00
11	Unid.	Recape de Pneu 16-9-28 – 10 lonas (Garra Terraplanagem)	4	R\$2.895,00	R\$11.580,00
12	Unid.	Recape de Pneu 10.5/80 - R18 (Frisado)	4	R\$1.280,00	R\$5.120,00
13	Unid.	Recape de Pneu 11R 22.5 – Borrachudo	10	R\$1.290,00	R\$12.900,00
14	Unid.	Recape de Pneu 275/80 R22.5 – Borrachudo – sulco da borracha com no minimo 22mm de profundidade.	40	R\$1.240,00	R\$49.600,00
15	Unid.	Recape de Pneu 225/75 R16 – Liso/Borrachudo	20	R\$635,00	R\$12.700,00
16	Unid.	Recape de Pneu 215/75 R17.5 – Liso/Borrachudo	20	R\$750,0	R\$15.000,00
17	Unid.	Recape de Pneu 1000x20 TG85 – Borrachudo – sulco da borracha com no minimo 22mm de profundidade.	20	R\$1.080,00	R\$21.600,00
18	Unid.	Recape de Pneu 12.4-24, garra alta (trator)	6	R\$1.550,00	R\$9.300,00
19	Unid.	Recapagem de Pneu 17.5 - 25 (Garra terraplanagem)	12	R\$3.180,00	R\$38.160,00
19	Unid.	VULCANIZAÇÃO Pneu para Patrola Caterpillar, Patrola Case, Carregadeira Michigan, Trator Ford 5030, Trator Ford TL80, Retro Maxion, Retro New Holland.	150	R\$880,00	R\$132.000,00
20	Unid.	VULCANIZAÇÃO Pneu para Ônibus, Caçamba, Caçamba do Lixo, Micro-ônibus.	150	R\$375,00	R\$56.250,00

Assinatura/Carimbo

47.774.57810001-69

MARCELO LUIS ESCOCHI

SITIO SANTA CATARINA, SN ZONA RURAL - CEP 13.720-008

SAO JOSE DO RIO PARDO . SE

Re: solicitação de orçamento



Recapagens Blumenau - Financeiro <financeiro@recapagensblumenau.com.br>

Para <obras@novatrento.sc.gov.br>

Data 28-09-2023 17:43

A OR PREF NOVA TRENTO 28.09.23.pdf (~1.6 MB)

Boa Tarde. Juan

Segue anexo orçamento conforme solicitado.

Att,

Em 28/09/2023 11:30, obras@novatrento.sc.gov.br escreveu:

segue em anexo arquivo para orçamento.

Fico no aguardo.

Att Juan





financelro@recapagensblumenau.com.br

S financeiro@recapagensblumenau.com.br

47 3323-4237

//rbrecapagensblumenau





05/10/2022 12-7





ORÇAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

A/C: Juan

Apresentamos nossa proposta para fornecimento dos itens abaixo descriminados, conforme solicitado.

TEM	QTDE	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	12	Recapagem de Pneu 7.50 x 16 para Trator Agrícola 8 Lonas - com friso	Tipler	697,00	8.364,00
02	8	Recapagem de Pneu 18.4-30 - 10 Lonas, Agrícola G. Média	Tipler	3.499,00	27.992,00
03	15	Recapagem de Pneu 10.5/65 16 (10.5 - 16.5)	Tipler	1.034,00	15.510,00
04	16	Recapagem de Pneu 19.5 L 24 - 12 Lonas (Garra Terraplangem)	Tipler	3.129,00	50.064,00
05	12	Recapagem de Pneu 12.5/80-18 - 10 Lonas (Frisado)	Tipler	1.216,00	14.592,00
06	12	Recapagem de Pneu 12.5/80-18 - 10 Lonas (Garra Terraplanagem)	Tipler	1.426,00	17:112,00
07	60	Recapagem de Pneu Borrachudo 10.00 x 20	Tipler	781,00	46.860,00
08	60	Recapagem de Pneu 14.00-24 12 Lonas	Tipler	2.543,00	152.580,00
09	4	Recapagem de Pneu 14.9-24 - 12 Lonas Garra Média Agrícola	Tipler	2.370,00	9.480,00
10	4	Recapagem de Pneu 18.4-34 - 18 Lonas Garra Média Agrícola	Tipler	3.527,00	14.108,00
11	4	Recapagem de Pneu 16.9-28 - 10 Lonas (Garra Terrapanagem	Tipler	3.106,00	12.424,00
12	4	Recapagem de Pneu 10.5/80 - R18 (Frisado)	Tipler	1.034,00	4.136,00
13	20	Recapagem de Pneu 11 R 22.5 - Borrachudo	Tipler	838,00	16.760,00
14	60	Recapagem de pneu 275/80R22.5 borrachudo sulco da borracha com no mínimo 22 mm de profundidade	Tipler	845,00	50.700,00
15	20	Recapagem de Pneu 225/75 R 16 Liso / Borrachudo	Tipler	592,00	11.840,00
16	20	Recapagem de Pneu 215/75 R 17.5 Liso / Borrachudo	Tipler	589,00	11.780,00
17	40	Recapagem de pneu 10.00R20 TG85 borrachudo sulco da borracha com no mínimo 22 mm de pro- fundidade	Tipler	881,00	35.240,00
18	6	Recapagem de Pneui 12.4-24, Garra Alta (Trator)	Tipler	2.130,00	12.780,00
19	12	Recapagem de Pneu 17.5 - 25 (Garra Terraplangem)	Tipler	2.800,00	33.600,00



		TOTAL GLOBAL		R\$	731.922,00
21	150	Vulcanização de Pneu para Ônibus, Caçamba, Caçamba do Lixo, Micro-ônibus	Mão de Obra	360,00	54.000,00
20	150	Vulcanização de Pneu para Patrola Caterpillar, Patrola Case, Carregadeira Michigan, Trator Ford 5030, Trator Ford TL80, Retro Maxion, Retro New Holland.	Mão do	880,00	132.000,00

Validade da Proposta: 60 Dias.

Condições da Pagamento: Cfme A. F.

Se necessário aplicação de reforços internos (mancões), serão cobrados separadamente.

Garantia Total em condições normal de uso.

Blumenau, 05 de Outubro de 2023.

Luiz Sergio Ribeiro dos Santos RB Recapagens Blumenau Ltda.

707 564 353/0001-63

RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA

RUA DR. PEDRO ZIMMERMANN, 2000 ITOUPAVA CENTRAL - CEP 89068-000 BLUMENAU - SC

RES: ***SPAM*** planilha para orçamento



De

Compras - Pneus NERI <compras@pneusneri.com.br>

Data

<obras@novatrento.sc.gov.br> 13-10-2023 10:37

Prioridade Mais alta

🚨 Orçamento Nova Tentro - Neri Pneus.pdf (~420 KB)





RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP CNPJ 82.989.096/0001-27 CCICMS 252.702.760

Rua Duque de Caxias, 314 - Centro - Rio dos Cedros - SC CEP: 89.121-000- FONE: 47-3386-1462- FAX: 3386-0240

E-mail:neri@pneusneri.com.br Site: www.pneusneri.com.br



A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO,

SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO

Apresentamos a solicitação de orçamento dos pneus solicitados via e-mail pelo SR. Juan

Item	Unid.	Especificação	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	Unid.	Recape de Pneu 750 x 16 para Trator Agrícola 8 Lonas - com friso	12	600,00	7.200,00
2	Unid.	Recape de Pneu 18.4.30 – 10 lonas, Agrícola G. Média.	8	2.995,00	23.960,00
3	Unid.	Recape de Pneu 10.5/65 16	14.025,00		
4	Unid.	Recape de Pneu 19.5 L 24 – 12 lonas (Garra Terraplanagem)	16	2.795,00	44.720,00
5	Unid.	Recape de Pneu 12.5/80-18 – 10 lonas (frisado)	19.992,00		
6	Unid.	Recape de Pneu 12.5/80-18 – 10 lonas (Garra Terraplanagem)	12	1.666,00	19.992,00
7	Unid.	Recape de Pneu Borrachudo 1000 x 20	20	865,00	17.300,00
8	Unid.	Recape de Pneu 1400/24 – 12 Lonas.	30	2.266,00	67.980,00
9	Unid.	Recape de Pneu 14-9-24 – 12 lonas - Garra média Agrícola.	4	2.195,00	8.780,00
10	Unid.	Recape de Pneu 18-4-34 – 18 lonas – Garra média Agrícola.	4	2.665,00	10.660,00
11	Unid.	Recape de Pneu 16-9-28 – 10 lonas (Garra Terraplanagem)	4	2.195,00	8.780,00
12	Unid.	Recape de Pneu 10.5/80 – R18 (Frisado)	4	1.666,00	6.664,00
13	Unid.	Recape de Pneu 11R 22.5 – Borrachudo	10	1.000,00	10.000,00
14	Unid.	Recape de Pneu 275/80 R22.5 – Borrachudo – sulco da borracha com no minimo 22mm de profundidade.	40	965,00	38.600,00
15	Unid.	Recape de Pneu 225/75 R16 – Liso/Borrachudo	20	695,00	13.900,00
16	Unid.	Recape de Pneu 215/75 R17.5 – Liso/Borrachudo	20	665,00	13.300,00
17	Unid.	Recape de Pneu 1000x20 TG85 – Borrachudo – sulco da borracha com no minimo 22mm de profundidade.	20	920,00	18.400,00
18	Unid.	Recape de Pneu 12.4-24, garra alta (trator)	6	1.800,00	10.800,00
19	Unid.	Recapagem de Pneu 17.5 – 25 (Garra terraplanagem)	12	2.795,00	33.540,00
19	Unid.	VULCANIZAÇÃO Pneu para Patrola Caterpillar, Patrola Case, Carregadeira Michigan, Trator Ford 5030, Trator Ford TL80, Retro Maxion, Retro New Holland.	150	700,00	105.000,00
20	Unid.	VULCANIZAÇÃO Pneu para Ônibus, Caçamba, Caçamba do Lixo, Micro-ônibus.	150	250,00	37.500,00

Validade do Orçamento: 60 dias

Rio dos Cedros, 13 de Outubro de 2023

Nome Legível: MICHAEL FABRICIO NICOLODELLI

Qualificação: SÓCIO-ADMINISTRADOR

RECAUCHUT Assinado de forma **ADORA DE** PNEUS NERI

digital por RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA:829890960001

LTDA:82989 096000127

Dados: 2023.10.13 10:37:04 -03'00'



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

Praca del Comune, 126 - Centro - Nova Trento

CEP: 88270-000 CNPJ: 82.925.025/0001-60 Telefone: (48) 3267-3205

E-mail: protocolo@novatrento.sc.gov.br



SOLICITAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Este documento autoriza a abertura de procedimento licitatório conforme especificações abaixo. A existência de recursos orçamentários foi confirmada pelo parecer contábil expedido pelo setor de contabilidade, estando de acordo com a legislação em vigor.

Processo Administrativo: 122/2023

Modalidade:

Pregão eletrônico

Forma de Julgamento:

MENOR PREÇO POR ITEM

a de Pagamento:

Conforme edital

Prazo de Entrega:

10 DIAS

Local de Entrega:

PREFEITURA MUNICIPAL

Vigência:

Objeto da Licitação:

REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO PARCELADA DE SERVIÇOS DE

RECAPAGEM DE PNEUS PARA A FROTA MUNICIPAL

Observações:

Convidados:

Itana

Itens					
Item	Quantidade	Unid.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	12,000	UND	RECAPE DE PNEU 750/16	R\$ 679,0000	R\$ 8.148,00
2	8,000	UND	RECAPE DE PNEU 18.4.30 - 10 LONAS - TRATOR AGRICOLA G. MÉDIA	R\$ 3.224,7000	R\$ 25.797,60
3	15,000	UND	RECAPE PNEU 10.5/65 R16	R\$ 1.009,7000	R\$ 15.145,50
4	16,000	UND	RECAPE DE PNEU 19.5 L 24	R\$ 3.034,7000	R\$ 48.555,20
5	12,000	UND	RECAPE PNEU 12.5/80-18-10 LONAS FRISADO	R\$ 1.394,0000	R\$ 16.728,00
6	12,000	UND	RECAPE PNEU 12.5/80-18 - 10 LONAS (GARRA TER)	R\$ 1.490,7000	R\$ 17.888,40
7	20,000	UND	RECAPE PNEU 1000X20 - BORRACHUDO	R\$ 875,3500	R\$ 17.507,00
8	20,000	UND	RECAPE DE PNEU 1400/24 - 12 L	R\$ 2.358,0000	R\$ 47.160,00
9	4,000	UND	RECAPE PNEU 14.9-24 - 12 LONAS	R\$ 2.168,3500	R\$ 8.673,40
10	4,000	UND	RECAPE PNEU 18.4-34 - 18 LONAS	R\$ 3.204,0000	R\$ 12.816,00
11	4,000	UND	RECAPE DE PNEU 16.9 X 28 - 10L	R\$ 2.732,0000	R\$ 10.928,00
12	4,000	UND	RECAPE PNEU 10.5/80 - R18 FRISADO	R\$ 1.326,7000	R\$ 5.306,80
13	10,000	UND	RECAPE PNEU 11R 22.5 - BORRACHUDO	R\$ 1.042,7000	R\$ 10.427,00
14	40,000	UND	RECAPE PNEU 275/80 R22.5 - BORRACHUDO	R\$ 1.016,7000	R\$ 40.668,00
15	20,000	UND	RECAPE PNEU 225/75 R16/LISO/BORRACHUDO	R\$ 640,7000	R\$ 12.814,00
16	20,000	UND	RECAPE PNEU 215/75 R17.5-LISO/BORRACHUDO	R\$ 668,0000	R\$ 13.360,00
17	20,000	UND	RECAPE PNEU 1000X20 TG85-BORRACHUDO	R\$ 960,3500	R\$ 19.207,00
18	6,000	UND	RECAPE PNEU 12.4-24, GARRA MÉDIA (TRATOR)	R\$ 1.826,7000	R\$ 10.960,20
19	12,000	UND	RECAPE PNEU 1400/24-12 LONAS	R\$ 2.925,0000	R\$ 35.100,00
20	150,000	UND	VULCANIZAÇÃO-PNEU MAQ. PESADAS	R\$ 820,0000	R\$ 123.000,00

Página: 2 / 2

Itens

Item	Quantidade	Unid.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
21	150,000	UND	VULCANIZAÇÃO - PNEU ONIBUS, CAÇAMBA, LIXO, MICRO	R\$ 328,3500	R\$ 49.252,50

Valor total dos itens:

R\$ 549.442,60

Nova Trento, 17 de Outubro de 2023

Assinatura do Responsável



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

Praça del Comune, 126 - Centro - Nova Trento CEP: 88270-000 CNPJ: 82.925.025/0001-60 Telefone: (48) 3267-3205 E-mail: protocolo@novatrento.sc.gov.br Site:

AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO

O(a) responsável por esta entidade, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, especialmente a lei 10.520/2002, Art. 37, XXI e suas alterações legais, resolve:

1 - Autorizar a abertura do presente processo administrativo de licitação, assim identificado:

Processo Administrativo: 122/2023

Modalidade:

Pregão eletrônico

Forma de Julgamento:

MENOR PREÇO POR ITEM

Forma de Pagamento:

Conforme edital

Prazo de Entrega:

10 DIAS

Lr I de Entrega:

PREFEITURA MUNICIPAL

Vıs-ncia:

Objeto da Licitação:

REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO PARCELADA DE SERVIÇOS DE

RECAPAGEM DE PNEUS PARA A FROTA MUNICIPAL

Observações:

Nova Trento, 17 de Outubro de 2023

Assinatura do Responsável







Portaria nº 090, de 12 de janeiro de 2023.

Dispõe sobre a nomeação da Comissão Permanente de Licitações, nomeia leiloeiro e pregoeiro e dá outras providências.

TIAGO DALSASSO, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o artigo 51, da lei federal n. 8.666/93 (Lei de Licitações), em conformidade com o inciso VII, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

- Art. 1° Nomear a Comissão Permanente de Licitações que será composta pelos seguintes membros:
- I -- Presidente: Fernando Neri Sens, inscrito no CPF sob o n. 987.648.610-15, matrícula n. 8711.
- II Membros efetivos: Fábio de Freitas, matrícula n. 7163, e Silvio Cunhaqui, matrícula n. 7797
- III Membro suplente: Adilson Luiz Demonte, inscrita no CPF sob o n. 504.922.509-44, matrícula 208.
- Art. 2º Incumbe à Comissão promover, desde a abertura até o julgamento, as licitações para compra, serviços e alienações da Prefeitura, observada a legislação e demais normas aplicáveis às licitações.
- Art. 3° É facultado à Comissão sempre que entender necessário ao melhor julgamento, recorrer à manifestação instrutiva de quaisquer dos setores da Prefeitura.
- Art. 4° É de competência do Presidente:
- I -- dirigir os trabalhos e despachar o expediente da Comissão;
- II Convocar membros suplentes para substituírem os efetivos, quando ausentes ou impedidos, com atuação plena, bem como secretariar as reuniões da comissão, neste caso, sem direito de voto.

Rua Santo Inácio, 126 - Praça Del Comune - Centro - 88270-000 - Nova Trento/SC Fax: (48) 3267-3230 - www.novatrento.sc.gov.b







Art. 5º - Incumbe ao servidor público municipal Leticia Casagrande, membro suplente desta Comissão, substituir com plenitude de funções o Presidente nas suas faltas e

Art. 6º - As decisões da comissão serão tomadas por maioria de votos, presentes a maioria de seus membros efetivos, considerando-se como tais, para esse efeito, os suplentes convocados na forma desta Portaria.

Art. 7º - Fica designado o servidor público municipal Fernando Neri Sens, matrícula n. 8711, para funcionar como Leiloeiro e Pregoeiro dos Certames Licitatórios.

Parágrafo Único: Com a finalidade de assistir ao Leiloeiro e/ou Pregoeiro no desempenho das suas funções quando da abertura de processos licitatórios, nas modalidades Leilão e/ou Pregão, fica designada Equipe de Apoio, composta pelos membros designados no artigo 1º desta portaria.

Art. 8º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 287, de 24 de maio de 2021.

Nova Trento, 12 de janeiro de 2023.

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Nova Trento PUBLICADO

no diário oficial dos municípios - DOM/SC

101/2023

Aline Boso Hoffmann DIRETORA DE EXPEDIENTE

Registrada a presente Portaria, nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

> CNPJ 82.925.025/0001-60 Praça Del Comune - Centro -

Fax: (48) 3267-3230

88270-000 - Nova Trento/SC www.novatrento.sc.gov.br

Rua Santo Inácio.126 Fone: (48) 3267-3215





Quinta-feira, 12 de janeiro de 2023 às 11:05, Florianópolis - SC

PUBLICAÇÃO

N° 4472508: PORTARIA N° 090, DE 12 DE JANEIRO DE 2023

ENTIDADE

Prefeitura municipal de Nova Trento

MUNICÍPIO Nova Trento



https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/?q=id:4472508

CIGA - Consórcio de Inovação na Gestão Pública Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 102, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC https://www.diariomunicipal.sc.gov.br







DECRETO Nº 003/2013 de, 07 DE JANEIRO DE 2013.

Dispõe sobre o pregão, a que se refere a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e dá providências correlatas.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, Prefeito do Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e considerando as disposições da Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002;

DECRETA:

Art. 1°. Este Decreto estabelece normas e procedimentos relativos à licitação na modalidade de Pregão, destinada à aquisição de bens e serviços comuns, no âmbito do Município, qualquer que seja o valor estimado.

Parágrafo único. Subordinam-se ao disposto neste Decreto, além dos órgãos da administração pública municipal direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Município.

- Art. 2º. Pregão é a modalidade de licitação em que a disputa pelo fornecimento de bens ou serviços comuns é feita em sessão pública, com a presença de todos os licitantes, por meio de propostas de preços escritas e lances verbais, ou na forma eletrônica, realizada quando a disputa pelo fornecimento de bens ou serviços comuns for feita à distância em sessão pública, por meio de sistema que promova a comunicação pela internet.
- § 1º Consideram-se bens e serviços comuns, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais do mercado.
- § 2º Para o julgamento das propostas, serão fixados critérios objetivos que permitam aferir o menor preço, devendo ser considerados os prazos para a execução do contrato e do fornecimento, as especificações técnicas, os parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e as demais condições definidas no edital.
- § 3º O sistema referido no caput será dotado de recursos de criptografia e de autenticação que garantam condições de segurança em todas as etapas do certame.

Art. 3º A licitação na modalidade de pregão é condicionada aos princípios básicos da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, eficiência, probidade

Rua Santo Inácio, 126 - Praça Del Comune - Centro - 88270-000 - Nova Trento/SC Fone: (48) 3267-3200 - Fax: (48) 3267-3230 - www.novatrento.sc.gov.br







administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, bem como aos princípios correlatos da razoabilidade, competitividade e proporcionalidade.

Parágrafo único. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

Art. 4º. Caberá ao Chefe do Executivo ou, por delegação de competência, o ordenador de despesa ou, ainda, o agente encarregado da compra no âmbito da administração:

I - autorizar a abertura da licitação, justificando a necessidade da contratação;

II - definir o objeto do certame, estabelecendo:

a) as exigências da habilitação;

b) as sanções por inadimplemento;

c) os prazos e condições da contratação;

d) o prazo de validade das propostas;

e) os critérios de aceitabilidade dos preços;

f) o critério para encerramento dos lances.

III - justificar as condições de prestação de garantia de execução do contrato;

IV - designar o pregoeiro e os membros de sua equipe de apoio;

V - decidir os recursos interpostos contra ato do pregoeiro;

VI - adjudicar o objeto da licitação, após a decisão dos recursos;

VII - revogar, anular ou homologar o procedimento licitatório.

Art. 5°. Somente poderá atuar como pregoeiro o servidor ou o empregado que tenha realizado curso de capacitação específica para exercer a atribuição.

Art. 6°. Os membros da equipe de apoio, preferencialmente pertencentes ao quadro do órgão ou da entidade promotora do pregão, deverão ser, em sua maioria, titulares de cargo efetivo ou ocupantes de função de natureza permanente.

Art. 7°. São atribuições do pregoeiro:

I - conduzir o procedimento, inclusive na fase de lances;

II - credenciar os interessados, mediante a verificação dos documentos que comprovem a existência de poderes para formulação de propostas, lances e demais atos inerentes ao certame:

III - receber a declaração dos licitantes de que cumprem plenamente os

Rua Santo Inácio, 126 - Praça Del Comune - Centro - 88270-000 - Nova Trento/SC Fone: (48) 3267-3200 - Fax: (48) 3267-3230 - www.novatrento.sc.gov.br







requisitos de habilitação, bem como os envelopes - proposta e os envelopes documentação;

- IV analisar as propostas e desclassificar aquelas que não atenderam os requisitos previstos no edital;
- V classificar as propostas segundo a ordem crescente de valores ao final ofertados e a decidir motivadamente quanto à aceitabilidade do menor preço;
- VI adjudicar o objeto do certame ao licitante vencedor, se não tiver havido na sessão pública a declaração de intenção motivada de interposição de recurso;
- VII elaborar a ata da sessão pública, que conterá, sem prejuízo de outros elementos, o registro:
 - a) do credenciamento;
 - b) das propostas e dos lances formulados, na ordem de classificação;
 - c) da decisão a respeito da aceitabilidade da proposta de menor preço;
 - d) da análise dos documentos de habilitação; e
 - e) os motivos alegados pelo licitante interessado em recorrer.

VIII - receber os recursos:

- IX encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior para o exercício das atribuições definidas nos incisos V, VI e VII do artigo 3º deste decreto. Parágrafo único Interposto recurso, o pregoeiro poderá reformar a sua decisão ou encaminhá-lo, devidamente informado, à autoridade competente para decidir.
- Art. 8°. A fase preparatória do pregão será iniciada com a abertura do processo no qual constará:
- I a deliberação da autoridade competente a que alude o artigo 3º deste decreto;
 - II os indispensáveis elementos técnicos atinentes ao objeto licitado;
- III a planilha de orçamento, que conterá os quantitativos e os valores unitários e totais do bem ou serviço;
 - IV a indicação de disponibilidade de recursos orçamentários;
- V a minuta do edital, que conterá os elementos indicados no artigo 4°, inciso III, da Lei federal n° 10.520, de 17 de julho de 2002, e a do termo do contrato, quando houver, aprovadas pelo órgão jurídico da promotora do certame.
- Art. 9°. A convocação dos interessados em participar do certame será efetuada:
- I por meio de publicação de aviso no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina DOM/SC e em jornal de circulação local;

CNPJ 82.925.025/0001-60

Rua Santo Inácio, 126 - Praça Del Comune - Centro - 88270-000 - Nova Trento/SC

Fone: (48) 3267-3200 - Fax: (48) 3267-3230 - www.novatrento.sc.gov.br







Art. 10°. Os atos essenciais do pregão serão documentados e juntados no respectivo processo, compreendendo, além daqueles relacionados no artigo 3°:

I - as propostas e os documentos de habilitação do licitante vencedor;

II - a ata da sessão do pregão; e,

III - comprovantes da publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC e na Internet do aviso de abertura do pregão, do resultado final da licitação e do extrato do instrumento contratual, e em jornal de grande circulação, quando for o caso.

Art. 11°. A Secretaria de Administração poderá expedir orientações e normas complementares à aplicação deste decreto.

Art. 12°. O disposto neste decreto aplica-se a todos os órgãos da administração pública municipal.

Art. 13°. Aplicam-se subsidiariamente à Lei federal n° 10.520, de 17 de julho de 2002, e as disposições da Lei federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 14°. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DE NOVA TRENTO, aos 07 de janeiro de 2013.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI Prefeito Municipal

Registrado, publicado e arquivado na Diretoria da Divisão Administrativa, data supra.

PEDRO PIVA NETO Secretário de Administração e Finanças

Prefeitura Municipal de Nova Trento

PUBLICADO
no diário oficial dos municipios - DOM/SC

EM_

ASSMATURA

CNPJ 82.925.025/0001-60

Rua Santo Inácio, 126 - Praça Del Comune - Centro - 88270-000 - Nova Trento/SC Fone: (48) 3267-3200 - Fax: (48) 3267-3230 - www.novatrento.sc.gov.br





DECRETO Nº 078, DE 25 DE MAIO DE 2020

REGULAMENTA AQUISIÇÃO DE BENS PERMANENTES, DE CONSUMO E SERVIÇOS DESTINADOS A ADMINISTRAÇÃO DIRETA, E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO, ATRAVÉS DE PREGÃO, TENDO EM VISTA O CONTIDO NA LEI FEDERAL N.º 10.520, DE 17 DE JULHO DE 2002, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE NOVA TRENTO, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o disposto nos parágrafos primeiro e segundo do Artigo 2.º da Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, que permite a utilização de Pregão por meio de Tecnologia de Informação, com auxílio de Plataformas de Internet, mediante regulamentação.

DECRETA:

Art. 1.º - A Administração Pública Municipal, direta e indireta, instituída e mantida pelo Poder Público e as demais organizações sob o controle direto e indireto do Município, poderão observar as disposições contidas no presente Decreto, para a aquisição de bens permanentes, de consumo e serviços, quando a modalidade de licitação escolhida for o Pregão Público Eletrônico, instituído pela Lei Federal n.º 10.520, de julho de 2002.

Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

Art. 2.º - O pregão eletrônico será realizado em sessão pública, por meio de sistema eletrônico que promova a comunicação por Internet.

Parágrafo único. O sistema referido no caput utilizará recursos de criptografia e de autenticação que assegurem condições adequadas de segurança em todas as etapas do certame.

- **Art. 3.º-** A fase preparatória da licitação na modalidade Pregão compete ao órgão da Administração direta e indireta, que encaminhará o pedido à Secretaria Municipal de Administração, por meio de processo administrativo, obrigatoriamente instruído de:
- I descrição clara e precisa do objeto da licitação, com definição das características técnicas vedadas especificações que, por excessivas limitem ou frustrem a competição;
 - II valor estimado da aquisição, total e individual de cada item, quando for o caso;

CNPJ 82.925.025/0001-60

Rua Santo Inácio, 126 - Praça Del Comune - Centro - 88270-000 - Nova Trento/SC Fone: (48) 3267-3200 - prefeitura@novatrento.sc.gov.br - www.novatrento.sc.gov.br







- III reserva orçamentário e cronograma físico-financeiro de desembolso, se for o caso:
 - IV justificativa da necessidade da aquisição do objeto ou serviços;
- V estabelecimento dos critérios de aceitação das propostas, das exigências de habilitação e da fixação dos prazos e demais condições essenciais para o fornecimento do objeto licitado.
- Art. 4.º Os atos essenciais do Pregão eletrônico, serão documentados ou juntados no respectivo processo, cada qual oportunamente, compreendendo, sem prejuízo de outros:
 - I justificativa de contratação;
- II termo contendo descrição detalhada do objeto, orçamento estimativo de custo e cronograma físico-financeiro de desembolso, se for o caso;
 - III garantia de reserva orçamentária, com indicação das respectivas rubricas;
 - IV autorização de abertura de licitação;
 - V designação do pregoeiro e equipe de apoio;
 - VI parecer jurídico;
 - VII edital e respectivos anexos;
 - VIII minuta do termo de contrato ou instrumento equivalente, conforme o caso;
- IX originais ou cópias autenticadas, da documentação de habilitação analisada do vencedor de cada lote e dos documentos que o instruírem;
- X ata da sessão do pregão, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentada, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para habilitação e dos recursos interpostos;
- XI comprovantes da publicação do aviso do edital do resultado da licitação, do extrato do contrato e dos demais atos relativos à publicidade do certame, conforme o caso.
- Art. 5.º O Pregão eletrônico será conduzido pelo pregoeiro do órgão promotor da licitação, podendo contar com apoio técnico e operacional de plataformas especializadas em operacionalização de Pregão Eletrônico, que atuará como provedor do sistema eletrônico.
- Art. 6.º A Administração direta e indireta, quando optar pela realização do Pregão por terceiros, poderá fixar percentual para operacionalização e uso do sistema. Valor deverá ses negociado diretamente entre plataforma e fornecedor. O município remunerará a plataforma





se entender necessário e tiver previsão legal em convenio, contrato de utilização ou Termo de Cooperação

Art. 7.º- Quando o Pregão eletrônico for realizado com apoio técnico operacional de plataformas será utilizado o Sistema Eletrônico de Pregões, possibilitando a participação das empresas que manifestarem seu interesse formal à conveniada, no prazo estipulado no Edital ou Aviso.

Parágrafo único. Os licitantes interessados somente poderão se fazer representar por intermédio de um representante e/ou de um único corretor para o mesmo lote.

- **Art. 8.º-** Poderão participar dos Pregões Públicos quaisquer interessados da Unidade da Federação, por intermédio de seus representantes, que atenderem aos requisitos estabelecidos no Edital e por corretores cadastrados na plataforma utilizada pelo município e indicada no corpo do edital, quando for o caso.
- Art. 9.º Serão previamente credenciados perante o provedor do sistema eletrônico a autoridade competente do órgão promotor da licitação, o pregoeiro, os membros da equipe de apoio, os operadores do sistema, bem como serão previamente cadastrados os licitantes que manifestarem interesse em participar do Pregão Eletrônico.
- § 1.º O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.
- § 2.º No caso de pregão promovido por Plataformas independentes, o cadastramento do licitante, bem assim a sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado junto à Plataforma Conveniada, o que também será requisito obrigatório para fins de habilitação.
- § 3.º A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediato ao provedor do sistema, ou Bolsa Conveniada, para imediato bloqueio de acesso.
- Art. 10 O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

Parágrafo único. Incumbirá ainda ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

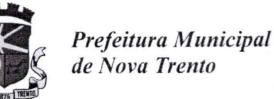
- **Art. 11 -** A sessão pública do pregão eletrônico será regida pelas mesmas regras da Lei Federal 10.520, de 17 de julho de 2002, e pelo seguinte:
- I do aviso e do edital deverão constar o endereço eletrônico onde ocorrerá a sessão pública, a data e hora de sua realização e a indicação de que o pregão será realizado por meio de sistema eletrônico;

A

CNPJ 82.925.025/0001-60

Rua Santo Inácio, 126 - Praça Del Comune - Centro - 88270-000 - Nova Trento/SC Fone: (48) 3267-3200 - prefeitura@novatrento.sc.gov.br - www.novatrento.sc.gov.br







- II todas as referências de tempo no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.
- III os licitantes ou seus representantes legais deverão estar previamente cadastrados junto ao órgão provedor, no prazo mínimo de 02 (dois) dias úteis ante da data de realização do pregão;
- IV a participação no pregão dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do licitante ou Bolsa participante, conforme o caso e subsequente encaminhamento de lances de preço em data e horário previstos no edital, exclusivamente por meio do sistema eletrônico;
- V como requisito para a participação no pregão, o licitante ou a Bolsa, conforme o caso, deverá se manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o que implicada conhecimento e atendimento às exigências previstas no edital;
- VI no caso de contratação de serviços comuns, as planilhas de custos previstas no edital deverão ser encaminhadas em formulário eletrônico específico, que será encaminhado juntamente com os documentos exigidos do vencedor.
- VII a partir do horário previsto no edital, terá inicio a sessão pública do pregão eletrônico.
- VIII aberta a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico e, em caso de realização por Bolsa conveniada através de seus corretores/Bolsa, os quais deverão estar em perfeita consonância com as especificações e condições de fornecimento detalhadas no edital;
- IX os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras e aceitação dos mesmos;
- ${\bf X}$ só serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema;
- XI não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;
- XII durante o transcurso da sessão pública, o sistema propiciará em tempo real, a divulgação de lance de menor valor registrado, que tenha sido apresentado pelos demais licitantes/Bolsas, vedada a identificação do licitante detentor do lance;
- XIII a etapa de apresentação dos lances na sessão pública, prevista em edital, será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido por decisão do pregoeiro;







- XIV no caso o previsto no inciso anterior, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante/Bolsa, para que seja obtido preço melhor, bem assim decidir sobre sua aceitação;
- XV o pregoeiro anunciará o licitante vencedor imediatamente após o encerramento da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor;
- XVI como requisito para a celebração do contrato, o vencedor deverá apresentar o documento original ou cópia autenticada dos documentos de habilitação;
- XVII os procedimentos para interposição de recurso, compreendida a manifestação prévia do licitante, durante a sessão pública, o encaminhamento de memorial e de eventuais contra-razões pelos demais licitantes, serão realizados exclusivamente pelo pregoeiro, no âmbito do sistema eletrônico;
- XVIII encerrados os lances da sessão pública, o licitante detentor da melhor oferta deverá comprovar, de imediato, a situação de habilitação regular;
- XIX a indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas á sessão pública do pregão constarão de ata divulgada no sistema eletrônico.
- **Art. 12 -** Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.
- **Art. 13 -** A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, sujeitará o licitante às sanções previstas no Art. 7º da Lei Federal 10.520/2002 e legislação pertinente.
- Art. 14 No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes/Bolsas para a recepção dos lances, retomando o pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame sem prejuízo dos atos realizados.

Parágrafo único. Quando a desconexão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes.

- **Art. 15 -** Compete à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, estabelecer normas e orientações complementares sobre a matéria regulada neste Decreto, bem como resolver os casos omissos.
- Art. 16 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Q

CNPJ 82.925.025/0001-60
Rua Santo Inácio, 126 - Praça Del Comune - Centro - 88270-000 - Nova Trento/SC Fone: (48) 3267-3200 - prefeitura@novatrento.sc.gov.br - www.novatrento.sc.gov.br







Art. 17 - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 109/2009.

Prefeitura Municipal Nova Trento, em 25 de maio de 2020.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI Prefeito Municipal

RAFAEL VISENTAINER ADAMI Secretário M. Administração e Finanças

Registrado o presente Decreto nesta Prefeitura e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Nova Trento

PUBLICADO

no diário oficial dos municipios - DOM/SC

Clarisse Cadorin Marchiori

DIRETORA EXPEDIENTE





DECRETO Nº 95, DE 18 DE ABRIL DE 2017

(Vide Decreto nº 134/2020)



Dispõe sobre delegação de atribuições e funções administrativas aos Secretários Municipais, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e,

CONSIDERANDO o disposto no art. 94, § ú, da Lei Orgânica do Município, o qual estabelece que "O Prefeito poderá delegar por decreto, aos Secretários Municipais, funções administrativas, que não sejam de sua competência exclusiva";

CONSIDERANDO o disposto no art. 112, IV, da Lei Orgânica do Município, que atribui aos Secretários Municipais o poder de praticarem "... os atos pertinentes às atribuições que lhe forem outorgadas ou delegadas pelo Prefeito";

CONSIDERANDO o disposto nos itens 3 a 7 do Prejulgado nº 1.533, do TCE/SC;

CONSIDERANDO a necessidade de se conferir publicidade ao ato de delegação relativo à realização da despesa pública;

Considerando a necessidade de distribuição e o escalonamento das funções nos órgãos públicos municipais e das atribuições dos gestores públicos, inclusive em face do volume de documentos gerados, recomendando a delegação da atribuição para assiná-los, e;

CONSIDERANDO que a descentralização administrativa objetiva assegurar rapidez às decisões, tornando-se mais célere o atendimento aos pleitos da comunidade, DECRETA:

Fica delegada a competência de ordenador de despesas da unidade gestora Prefeitura Municipal de Nova Trento ao Secretário Municipal de Administração e Finanças, ficando autorizado a empenhar, ordenar, fiscalizar e impugnar despesas públicas, autorizar previamente compras e serviços de terceiros, homologar e adjudicar licitações, ratificar dispensas e inexigibilidades de licitações, assinar balancetes, balanços, orçamentos e demais documentos contábeis, encaminhar documentos, responder diligências e demais solicitações dos Tribunais de Contas do Estado e da União e a prestar contas de convênios com o Estado ou União.





- Art. 1º Fica delegada a competência de ordenador de despesas da unidade gestora Prefeitura Municipal de Nova Trento ao Secretário Municipal de Administração e Finanças, ficando autorizado a empenhar, ordenar, fiscalizar e impugnar despesas públicas, autorizar previamente compras e serviços de terceiros, homologar e adjudicar licitações, ratificar dispensas e inexigibilidades de licitações, assinar contratos, convênios, balancetes, balanços, orçamentos e demais documentos contábeis, encaminhar documentos, responder diligências e demais solicitações dos Tribunais de Contas do Estado e da União e a prestar contas de convênios com o Estado ou União. (Redação dada pelo Decreto nº 9/2021)
- § 1º Fica autorizado o ordenador de despesa a movimentar as contas bancárias por meio de cheques ou emissão de ordens bancárias eletrônicas em conjunto com o Prefeito Municipal ou o Tesoureiro Municipal.
- § 2º As autorizações de compras e serviços de terceiros, bem como das autorizações de diárias dos servidores municipais, deverão ser obrigatoriamente referendadas pelo titular da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, para posterior emissão do empenho.
- Art. 2º Fica delegada competência ao titular da Secretaria Municipal de Administração e Finanças para expedir os atos de pessoal referentes a situação funcional dos servidores públicos municipais da administração direta, inclusive os contratados temporariamente nos termos da Lei Municipal nº 2.553/2014, exceto:
 - I nomeação e exoneração;
- II aplicação de penas administrativas e disciplinares, inclusive de demissão de servidores estáveis.

Parágrafo único. Os atos administrativos bilaterais de que trata o caput deste artigo deverão ser obrigatoriamente assinados pelo titular da Secretaria Municipal da respectiva área de competência.

Art. 3º Fica delegada a competência de ordenador de despesas do Fundo Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, ao Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, ficando autorizado a empenhar, ordenar, fiscalizar e impugnar despesas públicas, requerer abertura, homologar e adjudicar licitações, ratificar dispensas e inexigibilidades de licitações, assinar contratos, convênios, balancetes, balanços, orçamentos e demais documentos contábeis, encaminhar documentos, responder diligências e demais solicitações dos Tribunais de Contas do Estado e da União e a prestar contas de convênios com o Estado ou União.

Parágrafo único. Fica autorizado ao ordenador de despesa a movimentar as contas bancárias por meio de cheques ou emissão de ordens bancárias eletrônicas em conjunto com o Tesoureiro Municipal.

Art. 4º Fica delegado, nos termos da Lei Orgânica Municipal, atribuições e funções





administrativas aos Secretários Municipais, na forma e condições a seguir descritas:

- I expedir portarias, instruções normativas ou quaisquer outros atos administrativos para a execução das leis, decretos e regulamentos disciplinadores das atividades integrantes da área de competência das respectivas Secretarias, Órgãos ou Entidades Municipais, exceto quanto às inseridas nas atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal e legais do Prefeito Municipal;
- II respeitada a legislação pertinente, cometer tarefas funcionais executivas aos servidores públicos pelos diversos órgãos internos das Secretarias, Órgãos ou Entidades Municipais que dirigem;
- III receber reclamações relativas à prestação de serviços públicos, decidir e promover as correções exigidas, cujas matérias se insiram na área de competência das Secretarias, Órgãos ou Entidades Municipais que dirigem;
- IV resolver, mediante despacho exarado em procedimento administrativo, sobre os requerimentos, reclamações ou representações que forem dirigidas ao Executivo Municipal, cujas matérias se insiram na área de competência das Secretarias, Órgãos ou Entidades Municipais que dirigem;

Parágrafo único. Os Secretários Municipais responsabilizar-se-ão por todas as ações ou omissões a que derem causa no exercício da competência delegada.

Art. 5º Os ordenadores de despesa exercerão as atividades sem prejuízo das demais atribuições dos seus cargos ou funções.

Parágrafo único. Aquele que, por qualquer situação transitória, for designado para o exercício cumulativo ou em substituição de qualquer dos cargos detentores de delegação, terá as mesmas prerrogativas e responsabilidades inerentes ao cargo acumulado ou substituído.

Art. 6º É vedada a subdelegação das competências indicadas neste decreto, as quais poderão ser avocadas específica ou genericamente pelo Prefeito.

Art. 7º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Trento, 18 de abril de 2017.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI Prefeito Municipal de Nova Trento

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina - DOM/SC, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume. Cumpra-se.





Jucelino marino chini Secretária Municipal de Administração e Finanças



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO



Praça del Comune, 126 - Centro - Nova Trento - SC CEP: 88270-000 CNPJ: 82.925.025/0001-60 Telefone: (48) 3267-3205

E-mail: protocolo@novatrento.sc.gov.br

PARECER CONTÁBIL

Em atenção a solicitação do setor de compras e licitações para verificar a existência de recursos orçamentários para assegurar o pagamento das obrigações decorrentes do objeto especificado abaixo, certifico que:

[] - Há recursos orçamentários para pagamento das obrigações conforme dotações especificadas abaixo

[] - Não há recursos orçamentários para pagamento das obrigações

[] - Despesas Extraorçamentárias

DADOS DO PROCESSO DE COMPRAS:

Processo Administrativo: 122/2023

M Halidade:

Pregão eletrônico

Lua do Processo:

17/10/2023

Objeto da Licitação:

REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO PARCELADA DE SERVIÇOS DE

RECAPAGEM DE PNEUS PARA A FROTA MUNICIPAL

Nova Trento, 17 de Outubro de 2023

ADERICO EDILIO DALRI



CNPJ 82.925.025/0001-60 Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000 Fone: 48 3267-3200



A empresa interessada na participação do PROCESSO Nº 122/2023 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 081/2023 – REGISTRO DE PREÇOS, deverá preencher as informações solicitadas neste formulário, e remetê-lo para o Departamento de Licitações via e-mail licitacao@novatrento.sc.gov.br, caso contrário a Prefeitura Municipal de Nova Trento exime-se da obrigação de comunicar diretamente ao interessado, possíveis alterações no Edital, bem como prestar esclarecimentos.

TERMO DE RETIRADA DO EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 081/2023

EMPRESA:			
ENDEREÇO:			
CNPJ DA EMPRESA:			
RESPONSÁVEL PELA E	MPRESA:		
TELEFONE: ()			
E-MAIL:			
	,,	de	de 2023.
		Carimbo da Empresa	
Nome Legivel:			



CNPJ 82.925.025/0001-60 Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000 Fone: 48 3267-3200



PROCESSO Nº 122/2023 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 081/2023 REGISTRO DE PREÇOS

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DIA 14/11/2023 ATÉ 08:30

HORÁRIO DE INÍCIO DA SESSÃO: 09:00 HORAS DO DIA 14/11/2023

LOCAL: Portal: Bolsa Nacional de Compras – BNC – Site: <u>bnc.org.br</u>

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ENCAMINHAMENTOS: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, PRAÇA DEL COMUNE, 126 – CENTRO – SETOR DE LICITAÇÕES, CEP 88.270-000.

O Município de Nova Trento, através da Secretaria de Obras, comunica aos interessados que fará realizar licitação do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, sob a modalidade de Pregão, nos termos da Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto Nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, Decreto Municipal nº 003/2013, da Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar Nº 147, de 7 de agosto de 2014, aplicando-se, subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e atualizações.

JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DA MODALIDADE: Justifica-se a necessidade de realizar pregão eletrônico, em face das peculiaridades da contratação. Existe a necessidade de realização do Registro de Preços, sendo o Pregão uma das formas permitidas para sua efetivação. Optou-se pelo Registro de Preços pela dificuldade de mensurar exatamente a quantidade a ser utilizada deste tipo de serviço durante o ano.

I - OBJETO

- 1.1 O OBJETO DESTE PREGÃO É REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO PARCELADA DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM E VULCANIZAÇÃO DE PNEUS PARA A FROTA MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO ANEXO I.
- 1.2. Integram o presente edital os seguintes anexos:
 - Termo de Referência Descrição do Objeto (Anexo I);
 - Planilha Modelo Proposta (Anexo II);
 - Declaração de inexistência de fatos impeditivos (Anexo III);



CNPJ 82.925.025/0001-60

Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000

Fone: 48 3267-3200



- Declaração de que não emprega menor (Anexo IV);
- Declaração de ausência de servidor. (Anexo V);
- Termo de Adesão BNC (Anexo VI);
- Declaração de cumprimento dos requisitos habilitatórios (Anexo VII);
- Minuta de Ata de Registro de Preços (Anexo VIII);

II - CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO

- **2.1.** Poderão participar desta Licitação todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos.
- **2.2.** Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que apresentarem toda a documentação por ela exigida para respectivo cadastramento junto à Bolsa Nacional de Compras.
- 2.3. É vedada a participação de empresa em forma de consórcios ou grupos de empresas.
- **2.4.** Não poderá participar da licitação a empresa que estiver sido declarada inidônea por órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou Distrito Federal ou que esteja cumprindo período de suspensão no âmbito da administração municipal.
- **2.5.** O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ou através de empresas associadas à Bolsa Nacional de Compras, até no mínimo uma hora antes do horário fixado no edital para o fechamento do recebimento das propostas.
- 2.6. O cadastramento do licitante deverá ser requerido acompanhado dos seguintes documentos:
- a) Instrumento particular de mandato outorgando à corretora associada, por meio de seu operador devidamente credenciado junto à Bolsa, poderes específicos de sua representação no pregão, conforme modelo fornecido pela Bolsa Nacional de Compras (Anexo VI);
- b) Declaração de seu pleno conhecimento, de aceitação e de atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital, conforme modelo fornecido pela Bolsa Nacional de Compras (Anexo VI);
- **2.7.** O custo de operacionalização e uso do sistema, ficará a cargo do Licitante participante do certame, que pagará a Bolsa Nacional de Compras, provedora do sistema eletrônico, o equivalente ao plano definido pela Bolsa Nacional de Compras e contratado pelo licitante, a título de taxa pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, em conformidade com o regulamento operacional da BNC Bolsa Nacional de Compras (Anexo VI).
- 2.8. As microempresas e empresas de pequeno porte que desejarem obter os benefícios atribuídos



CNPJ 82.925.025/0001-60 Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000 Fone: 48 3267-3200



pela Lei Complementar 123/2006, de 15/12/2006, deverão pleitear o mesmo de acordo com os ditames daquele diploma legal.

- **2.9.** Não poderão participar os interessados que se encontrem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação, as empresas estrangeiras que não funcionem no país e aqueles que tenham sido declarados inidôneos ou que estejam cumprindo suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração, conforme inciso III do art. 87 da Lei 8.666/93.
- **2.10.** Também não será permitida a participação de consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;
- 2.11. A participação no presente certame implica no reconhecimento quanto a inexistência de qualquer fato impeditivo para participar em licitações, bem como celebrar contratos com a administração pública.
- **2.12.** A participação no Pregão, na Forma Eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado (operador da corretora de mercadorias) e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecido.
- **2.13.** Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante;
- 2.14. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- **2.15.** Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.
- **2.16.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- **2.17.** Não poderão participar desta licitação os interessados:
- **2.17.1.** Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;



CNPJ 82.925.025/0001-60 Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000 Fone: 48 3267-3200



- 2.17.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- **2.17.3.** Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 2.17.4. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;
- **2.17.5.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).
- **2.18.** Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida ou através de uma empresa associada ou pelos telefones: Ponta Grossa/PR (42) 3026-4550, ou através da Bolsa Nacional de Compras ou pelo e-mail contato@bnc.org.br.

III – CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITAÇÕES DA BOLSA NACIONAL DE COMPRAS

- **3.1.** As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear através do instrumento de mandato previsto no item **2.6** "a", com firma reconhecida, operador devidamente credenciado em qualquer empresa associada à Bolsa Nacional de Compras, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: bnc.org.br
- **3.2.** A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BNC Bolsa Nacional de Compras, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.
- **3.3.** O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.
- **3.4.** A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BNC Bolsa Nacional de Compras.
- **3.5.** É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a BNC Bolsa Nacional de Compras a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 3.6. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para



CNPJ 82.925.025/0001-60 Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000 Fone: 48 3267-3200 Nova Trento Terra de Santa Paulina

realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

IV - APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- **4.1.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para o fim do recebimento das propostas, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- **4.2.** O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha devendo os documentos serem enviados em arquivo não editável, preferencialmente em PDF.
- **4.3.** As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- **4.4.** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- **4.5.** Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.
- **4.6.** Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- **4.7.** Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

V - PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- **5.1.** O licitante deverá enviar sua proposta inicial mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.1.1 Valor unitário
- 5.1.2 Marca;
- 5.1.3 Fabricante:
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada, devendo a



CNPJ 82.925.025/0001-60 Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000 Fone: 48 3267-3200



proposta ser anexada juntamente com os documentos de habilitação devidamente identificada e assinada digitalmente, com certificação digital, para simples conferência e autênticação.

- **5.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
- **5.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- **5.5.** O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (**sessenta**) dias, a contar da data de sua apresentação.
- **5.6.** O licitante deverá declarar, para cada lote, em campo próprio do sistema BNC, se o produto ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência.
- **5.7.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- **5.7.1** O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreco na execução do contrato.
- 5.8 PARA FORMATAÇÃO DOS PREÇOS, DEVERÃO SER CONSIDERADOS AS DESCRIÇÕES COMPLETAS DESTE EDITAL (ANEXO I). NO SISTEMA AS DESCRIÇÕES SÃO REDUZIDAS E SIMPLIFICADAS.
- 5.9. A PROPOSTA QUE APRESENTAR VALOR UNITÁRIO DO ITEM/LOTE SUPERIOR AO ESTIMADO, SERÁ DESCLASSIFICADA.

VI - ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- **6.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não



CNPJ 82.925.025/0001-60 Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000 Fone: 48 3267-3200



estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

- **6.2.1.** Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- **6.2.2.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- **6.2.3.** A classificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- **6.3.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- **6.4.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- **6.5.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- **6.6.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- **6.7.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).
- **6.9.** O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante poderá variar conforme o pregão e objeto licitado, quando o pregoeiro definir uma margem de lance para cada item..
- **6.10**. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- **6.11.** A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- **6.12.** Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superior àquela possam



CNPJ 82.925.025/0001-60

Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000 Fone: 48 3267-3200

Nova Trento Terra de Santa Paulina

ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

- **6.13.** Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- **6.14.** Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- **6.15.** Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.
- **6.16.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- **6.17.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- **6.18.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- **6.19.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- **6.20.** O Critério de julgamento adotado será o **menor preço**, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- **6.21.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- **6.22.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais



CNPJ 82.925.025/0001-60

Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000 Fone: 48 3267-3200

Nova Fls n° Nova Trento
Terra de Santa Paulina

classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

- **6.23.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- **6.24.** A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- **6.25.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- **6.26.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- **6.27.** Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.
- **6.28.** A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- **6.29.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3°, § 2°, da Lei n° 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:
- a) no país;
- b) por empresas brasileiras;
- c) por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d) por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- **6.30.** Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.



CNPJ 82.925.025/0001-60

Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000 Fone: 48 3267-3200

Nova
Fis no
Trento
Terra de Santa Paulina

6.31. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

- **6.31.1.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- **6.31.2.** O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 horas *(duas horas)*, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 6.32. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

VII - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

- **7.1.** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.
- **7.2.** O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V, sob pena de desclassificação.
- **7.3.** Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 TCU Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
- **7.3.1.** Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- **7.4.** Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;
- 7.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências,



CNPJ 82.925.025/0001-60 Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000 Fone: 48 3267-3200



com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

- 7.6. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, via e-mail, no prazo de 02 (duas) horas sob pena de não aceitação da proposta.
- **7.7.** O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
- **7.7.1.** Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.
- **7.7.2.** Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de 05 (cinco) dias úteis contados da solicitação.
- **7.8.** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- **7.9.** Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "*chat*" a nova data e horário para a sua continuidade.
- **7.10.** O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
- **7.10.1.** Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- **7.01.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- **7.11.** Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da



CNPJ 82.925.025/0001-60 Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000

Fone: 48 3267-3200



LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

7.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

VIII - DA HABILITAÇÃO

- **8.1.** Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via e-mail, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.
- **8.1.1.** Não serão aceitos protocolos, documentos em cópia não autenticada, nem documentos com prazo de validade vencido.
- **8.1.2.** Os documentos deverão ser apresentados com impressão apenas no anverso (frente) das folhas, não sendo aceitas quaisquer impressões no verso das folhas.
- **8.1.2.1.** O descumprimento do item 8.1.2 não será motivo de inabilitação do proponente.
- **8.1.3.** Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar no prazo de validade. Caso o órgão emissor não declare a validade do documento, esta será de 60 (sessenta) dias contados a partir da data de emissão.
- **8.1.4.** Para os documentos que requerem assinatura os mesmos deverão estar assinados digitalmente, com certificação digital, para simples conferência e autenticação.

8.2. DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA HABILITAÇÃO

8.2.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) cédula de identidade, quando for o caso;
- b) atos constitutivos, Estatuto ou Contrato Social, em vigor, devidamente registrado na forma da lei.
- c) no caso de sociedade por ações e sociedades comerciais, os documentos deverão ser apresentados acompanhados de documentos de eleição de seus administradores.
- d) registro comercial, no caso de empresa individual, perante a Junta Comercial, da sede ou domicílio da Licitante.
- e) no caso de sociedades civis, inscrição do ato constitutivo, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores
- f) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando



CNPJ 82.925.025/0001-60 Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000 Fone: 48 3267-3200



a atividade assim o exigir

8.2.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- a) Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal atuando em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos (CF, Art. 7°, inciso XXXIII, c/c a Lei n° 9.854/99);
- b) Declaração impressa em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da licitante, assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a administração, conforme modelo sugerido no Anexo VII;
- c) Declaração de ausência de servidor Anexo V.

8.2.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da licitante.

8.2.4. REGULARIDADE FISCAL E PREVIDENCIÁRIA:

- a) Certificado de Registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), expedido pela Receita Federal ou no Cadastro de Pessoas Físicas da mesma entidade (CPF), se a empresa é individual;
- b) Certidão Negativa Conjunta de Tributos Federais e INSS, de acordo com Portaria MF 358 de 05/09/2014, (Alterado(a) pelo(a) Portaria MF nº 443, de 17 de outubro de 2014).
- c) Certificado de Regularidade de Situação CRS, relativo ao FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal;
- d) Certidão Negativa da Fazenda Estadual;
- e) Certidão Negativa de Débitos do Município sede da empresa.
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas emitida pela Justiça do Trabalho de acordo com a Lei 12.440 de 07 de julho de 2011.
- g) A comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte deverá ser efetuada mediante apresentação de Certidão Simplificada, expedida pela Junta Comercial para comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, na forma do artigo 8º da IN nº 103/2007 do Departamento de registro do Comércio (DNRC) e da Lei Complementar 123/2006, sob pena de ser desconsiderada tal condição.
- **8.3.** Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis,



CNPJ 82.925.025/0001-60 Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000 Fone: 48 3267-3200



após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

- **8.4.** Não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.
- **8.5.** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- **8.6.** Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- **8.7.** Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

IX - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

- **9.1.** A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:
- **9.1.1 -** Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
- **9.1.2** Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
- **9.2.** A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
- **9.2.1.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.
- **9.3.** Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5° da Lei n° 8.666/93).
- **9.3.1.** Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.



CNPJ 82.925.025/0001-60 Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000 Fone: 48 3267-3200



- **9.4.** A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
- **9.5.** A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.
- **9.6.** As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

X - DOS RECURSOS

- **10.1.** Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
- **10.2.** Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
- **10.2.1.** Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
- **10.2.2.** A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
- 10.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 10.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- **10.4.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

XI - DAS PENALIDADES

11.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não retirar o empenho, deixar



CNPJ 82.925.025/0001-60 Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000 Fone: 48 3267-3200



de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e das demais cominações legais.

- **11.2.** Outras Penalidades: o atraso injustificado na entrega do objeto sujeitará o fornecedor às penalidades previstas no Art. 86 e 87 da Lei 8666/93, que será:
- a) multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado;
- b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- 11.3. A convocação para a retirada da Nota de Empenho, caso se fizer necessário, será feita mediante publicação no DOM/SC (Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina) no seguinte endereço eletrônico: https://www.diariomunicipal.sc.gov.br. O DOM/SC é o órgão oficial da Prefeitura de Nova Trento para publicações legais.
- **11.4.** Todas as penalidades, bem como notificações, serão publicadas no DOM/SC que é o órgão oficial da Prefeitura de Nova Trento para publicações legais.

XII - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- **12.1.** Conforme previsto nos arts. 23 e 24 do Decreto Federal nº 10.024/2019, até **3 (três) dias úteis** antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos ou impugnar o ato convocatório do pregão.
- **12.1.1.** Os pedidos de esclarecimentos ou de impugnações referentes ao processo licitatório serão enviados somente por meio eletrônico, através do Endereço Eletrônico: bnc.org.br
- **12.1.2.** Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de **2 (dois) dias úteis**, contados da data de recebimento da petição, conforme estabelecido nos §§ 1º dos arts. 23 e 24 do Decreto Federal nº 10.024/2019, poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.
- **12.1.3.** Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.
- 12.1.4. As impugnações protocoladas intempestivamente serão desconsideradas.



CNPJ 82.925.025/0001-60 Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000 Fone: 48 3267-3200



- 12.2. Conforme previsto no art. 4°, XVIII, da Lei Federal nº 10.520/2002, no art. 44 do Decreto Federal nº 10.024/2019, declarado o vencedor qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, através de formulário próprio do sistema eletrônico, explicitando sucintamente suas razões, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- **12.2.1.** As razões e contrarrazões deverão ser encaminhadas somente por meio eletrônico, através do Endereço Eletrônico: <u>bnc.org.br.</u>
- **12.2.2.** A intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que a proponente pretende que sejam revistos pelo Pregoeiro.
- **12.2.3.** A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.
- **12.2.4.** O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- **12.2.5.** Os recursos deverão ser decididos no prazo de 05 (cinco) dias.
- **12.2.6.** Decairá do direito de interpor recurso perante a Administração, aquele que aceitando os termos desta licitação sem objeção, venha apontar, de forma extemporânea, falhas ou irregularidades que a viciariam, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.
- **12.2.7.** Decididos os recursos, o Pregoeiro fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor.
- **12.3.** Ocorrendo pedido de esclarecimentos, impugnação ou recurso de caráter meramente protelatório, ensejando assim o retardamento da execução do certame, a autoridade competente poderá, assegurado o contraditório e a ampla defesa, aplicar a pena estabelecida no artigo 7º da Lei 10.520/2002 e legislação vigente.
- 12.4. O acompanhamento dos resultados, recursos e atos pertinentes a este edital poderão ser consultados no Endereço Eletrônico: <u>bnc.org.br</u> que será atualizado a cada nova etapa do pregão.

XIII - DA DOTAÇÃO

13.1. As despesas decorrentes do objeto deste Pregão correrão à conta dos recursos orçamentários para 2023/2024.



CNPJ 82.925.025/0001-60 Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000 Fone: 48 3267-3200



XIV - DO PAGAMENTO

- **14.1.** O pagamento será efetuado em até 30 dias a contar da entrega da Nota Fiscal. Em caso de devolução da documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir da sua reapresentação.
- **14.2.** Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta, em decorrência de penalidade ou inadimplemento, sem que isso gere direito a qualquer compensação.

XV - LOCAL E PRAZO DE ENTREGA DO OBJETO DA LICITAÇÃO

- **15.1.** A empresa deverá entregar/executar os produtos/serviços nos locais indicados no ITEM "3. DO PRAZO / FORMA DE ENTREGA E FORNECIMENTO", do Anexo I.
- **15.2.** Prazo de entrega: em até 05 (cinco) dias uteis, a partir do recebimento da Solicitação de Fornecimento;
- **15.3.** Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, só iniciando e vencendo os prazos em dia de expediente da Administração Pública em geral. Quando ocorrer o vencimento em dia não útil considerar-se-á o primeiro dia útil subsequente.
- **15.4.** O não cumprimento do prazo supracitado sujeitará a empresa fornecedora às penalidades cabíveis.

XVI - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

16.1. Os preços registrados por força deste processo terão validade de 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata de Registro de Preços, no Diário Oficial dos Municípios.

XVII - DO PROCEDIMENTO DE REGISTRO DE PRECOS

- **17.1.** O presente certame licitatório, destinado ao registro de preços, não obriga a Administração Municipal de Nova Trento a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição de determinados grupos, ficando assegurado ao detentor do registro à preferência de fornecimento, em igualdade de condições.
- **17.2.** Ao licitante vencedor, por item, fica assegurada a preferência em igualdade de condições com os demais licitantes concorrentes em futuros certames, ou mediante utilização de quaisquer outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações.



Fone: 48 3267-3200

CNPJ 82.925.025/0001-60 Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000



- **17.3.** A qualquer tempo o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, cabendo ao Presidente da Comissão de Licitação convocar os fornecedores registrados para negociar o novo valor.
- **17.4.** Toda as Secretarias da Prefeitura estão condicionadas a adquirir deste Registro de Preços, obrigatoriamente, quando surgir a necessidade, vedada a aquisição a preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, em relação à oferta de mercado, do momento.
- 17.5. O resultado desta licitação será divulgado no Diário Oficial dos Municípios.

XVIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- **18.1.** O presente edital e anexos estão disponibilizados na Gerência de Licitações, da Prefeitura Municipal de Nova Trento.
- **18.2.** Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração de proposta e/ou apresentação de documentação relativa ao presente certame.
- **18.3.** A presente licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada no todo ou em parte por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- 18.4. Considerando a dispensa da celebração de Termo de Contrato, a aquisição dos produtos/ serviços será efetivada por meio de Solicitação de Fornecimento. A recusa em retirar Solicitação de Fornecimento no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento da notificação, sem justificativa por escrito e aceita pelo Setor de Compras e Licitações, restará caduco o seu direito de vencedor, sujeitando-se às penalidades aludidas no capítulo VII deste edital.
- **18.5.** O Pregoeiro, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
- **18.6.** Transcorrido o prazo recursal e decidido os recursos eventualmente interpostos, será o resultado da licitação submetido ao Chefe do Poder Executivo para o procedimento de homologação.
- **18.7.** Independente de declaração expressa, a simples participação nesta licitação implica em aceitação plena das condições estipuladas neste Edital, decaindo do direito de impugnar os seus termos o licitante que, tendo-o aceito sem objeção, vier, após o julgamento desfavorável, apresentar



CNPJ 82.925.025/0001-60 Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000 Fone: 48 3267-3200



falhas e irregularidades que o viciem.

18.8. Quaisquer esclarecimentos sobre dúvidas, eventualmente suscitadas, relativas às orientações contidas no presente Pregão, poderão ser solicitadas, por escrito, a Gerência de Licitações da Prefeitura de Nova Trento – (48) 3267-3213.

Nova Trento/SC, 17 de outubro de 2023.

Fernando Sens

Pregoeiro



CNPJ 82.925.025/0001-60 Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000 Fone: 48 3267-3200



ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETIVO

- 1.1. Em razão da necessidade de Contratação parcelada de Serviços de Recapagem e vulcanização de Pneus para reposição nos veículos da frota da Prefeitura de Nova Trento e suas Secretarias, foi autorizado pelo Chefe do Poder Executivo, a abertura de procedimento licitatório na modalidade Pregão com vistas à aquisição em epígrafe.
- 1.2. O fornecimento do objeto deverá atender às exigências e especificações abaixo discriminadas:
- a) Deverão ser prestados todos os esclarecimentos solicitados e atendidas prontamente todas as reclamações pertinentes que porventura surjam durante a execução do contrato;
- b) A empresa deverá responder por quaisquer danos pessoais ou materiais ocasionados por seus empregados durante a execução do contrato.
- c) Os serviços de recapagem de pneus deverão ser feitos com borracha Classe A, resistente à bitola do pneu e com Certificado do INMETRO (das bandas de rodagem, ligação e borracha). A marca deverá ser especificada na proposta e o Certificado das bandas, ligação e borracha que será utilizada nos serviços de recapagens deverá estar em anexo à proposta.
- d) A contratada se obriga a executar os serviços atendendo as normas técnicas e legais vigentes.
- e) A empresa adjudicada deverá fornecer garantia em relação a defeitos na recapagem pelo prazo de no mínimo 90 dias.

2. METODOLOGIA

2.1. A Prefeitura através de sua Secretaria emitirá Autorização de Fornecimento que será enviada aos licitantes vencedores via e-mail, sendo que, após o recebimento da Autorização a empresa vencedora terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a entrega do bem no endereço citado abaixo, ou seja, após a emissão da AF a empresa deverá coletar os pneus e entregá-los recapados dentro do prazo de 05 dias — o transporte é por conta da empresa licitante e o valor deverá estar incluso no valor final do serviço.

3. DO PRAZO / FORMA DE ENTREGA E FORNECIMENTO

3.1. A(s) empresa(s) vencedora(s) deverão retirar os pneus no pátio da Secretaria de Obras e deverá entregá-los no mesmo local, recapados no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.



CNPJ 82.925.025/0001-60 Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000 Fone: 48 3267-3200 Nova
Trento
Terra de Santa Paulina

3.2. Todas as entregas deverão seguir as quantidades e tipos solicitados. Quando da entrega será feito vistoria e os produtos que estiveram em desacordo com o edital serão devolvidos.

4. DA GARANTIA

4.1. A empresa adjudicada deverá fornecer garantia em relação a defeitos na recapagem pelo prazo de no mínimo 90 dias.

5. DO RECEBIMENTO DO MATERIAL

5.1. Fica responsável pelo recebimento do material, o Secretário Responsável pela solicitação ou outro servidor público indicado por ele que verificará as quantidades e liquidará a NF confirmando o recebimento do material. O Servidor ou Secretário deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, conforme Art. 67, *caput* e seus §§1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

6. PAGAMENTOS

6.1. Os pagamentos serão efetuados 30 dias após a execução dos serviços, a contar da data de emissão da NF por parte do licitante vencedor.

7. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PRECOS

7.1. O prazo de validade do registro de preços será de 12 (doze) meses contados a partir da data da publicação da respectiva Ata.

8. DOS REAJUSTES

- 8.1. Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços, caso ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme disposto no Art. 65, alínea "d" da Lei 8.666/93.
- 8.2. No caso de solicitação do equilíbrio econômico-financeiro, a contratada deverá solicitar formalmente a Prefeitura de Nova Trento, devidamente acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, sendo que o mesmo será encaminhado à procuradoria jurídica do município para o devido parecer.



CNPJ 82.925.025/0001-60 Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000 Fone: 48 3267-3200



9. PREÇOS MÁXIMOS ACEITOS

9.1. A proposta que apresentar valor unitário do item superior ao estimado em tabela abaixo será desclassificada.

9.2. O cálculo da despesa foi efetuado com base no valor de mercado.

Item	Unid.	Especificação	Quant.	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Unid.	Recape de Pneu 750 x 16 para Trator Agrícola 8 Lonas - com friso	12	679,00	8.148,00
2	Unid.	Recape de Pneu 18.4.30 – 10 lonas, Agrícola G. Média.	08	3.224,70	25.797,60
3	Unid.	Recape de Pneu 10.5/65 16	15	1.009,70	15.145,50
4	Unid.	Recape de Pneu 19.5 L 24 – 12 lonas (Garra Terraplanagem)	16	3.034,70	48.555,20
5	Unid.	Recape de Pneu 12.5/80-18 – 10 lonas (frisado)	12	1.394,00	16.728,00
6	Unid.	Recape de Pneu 12.5/80-18 – 10 lonas (Garra Terraplanagem)	12	1.490,70	17.888,40
7	Unid.	Recape de Pneu Borrachudo 1000 x 20	20	875,35	17.507,00
8	Unid.	Recape de Pneu 1400/24 – 12 Lonas.	20	2.358,00	47.160,00
9	Unid.	Recape de Pneu 14-9-24 – 12 lonas - Garra média Agrícola.	04	2.168,35	8.673,40
10	Unid.	Recape de Pneu 18-4-34 – 18 lonas – Garra média Agrícola.	04	3.204,00	12.816,00
11	Unid.	Recape de Pneu 16-9-28 – 10 lonas (Garra Terraplanagem)	04	2.732,00	10.928,00
12	Unid.	Recape de Pneu 10.5/80 – R18 (Frisado)	04	1.326,70	5.306,80
13	Unid.	Recape de Pneu 11R 22.5 – Borrachudo	10	1.042,70	10.427,00
14	Unid.	Recape de Pneu 275/80 R22.5 borrachudo, sulco da borracha com no minimo 22mm de profundidade.		1.016,70	40.668,00
15	Unid.	Recape de Pneu 225/75 R16 – Liso/Borrachudo		640,70	12.814,00
16	Unid.	Recape de Pneu 215/75 R17.5 – Liso/Borrachudo	20	668,00	13.360,00
17	Unid.	Recape de Pneu 1000x20 TG85 borrachudo, sulco da borracha com no minimo 22mm de profundidade.	20	960,35	19.207,00
18	Unid.	Recape de Pneu 12.4-24, garra média (trator)	06	1.826,70	10.960,20
19	Unid.	Recape de Pneu 17.5 – 25 (Garra Terraplanagem)	12	2.925,00	35.100,00
20	Unid.	VULCANIZAÇÃO - Pneu para Patrola Caterpillar, Patrola Case, Carregadeira Michigan, Trator Ford 5030, Trator Ford TL80, Retro Maxion, Retro New Holland.	150	820,00	123.000,00
21	Unid.	VULCANIZAÇÃO - Pneu para Ônibus, Caçamba, Caçamba do Lixo, Micro-ônibus.	150	328,35	49.252,50
		EM R\$		549.442,60	

^{*} Os preços deverão ser apresentados com a inclusão de todos os custos operacionais de sua atividade, inclusive as de transporte. Quaisquer tributos, custos e despesas diretas ou indiretas, omitidos na proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos a qualquer título.



CNPJ 82.925.025/0001-60 Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000 Fone: 48 3267-3200



ANEXO II

(MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS)

REGISTRO DE PRECOS PROCESSO Nº 122/2023 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 081/2023 TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM Abertura: 14/11/2023 às 09:00 horas

OBJETO: O OBJETO DESTE PREGÃO É REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO PARCELADA DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM E VULCANIZAÇÃO DE PNEUS PARA A FROTA MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO ANEXO I.

				Val	ores
Quant	Unid.	Descrição	Marca	Unitário	Total
	Quant	Quant Unid.	Quant Unid. Descrição	Quant Unid. Descrição Marca	Ouant Unid Descrição Marca

^{*} Os preços deverão ser apresentados com a inclusão de todos os custos operacionais de sua atividade, inclusive as de transporte. Quaisquer tributos, custos e despesas diretas ou indiretas, omitidos na proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos a qualquer título.

Carimbo e Assinatura do PROPONENTE

RAZÃO SOCIAL: (PESSOA JURÍDICA / EM NOME DA PROP	ONENTE)
BANCO:	Service and some some some
AGÊNCIA:	
CONTA-CORRENTE:	
VALIDADE DA PROPOSTA: MÍNIMO 60 DIAS.	
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: ATÉ 30 DIAS.	
LOCAL / DATA:	
	_

25



CNPJ 82.925.025/0001-60 Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000 Fone: 48 3267-3200



ANEXO III

DECLARAÇÃO DE QUE INEXISTEM FATOS IMPEDITIVOS (MODELO)

(NOME DA EMPRESA)
inscrita no CNPJ ou CIC sob o nº sediada
no(a)
(endereço completo), declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos
impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de
declarar ocorrências posteriores.
Local e Data:
Carimbo, Assinatura e Identificação do Responsável



CNPJ 82.925.025/0001-60 Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000 Fone: 48 3267-3200



ANEXO IV DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR

	(nome da empresa), inso	crito no CNPJ nº _			,	po
inte	ermédio de seu representante legal o(a) Sr(a).				portado	r(a
da	Carteira de Identidade nº		e	do	CPF	n
	, DECLARA, para fins do dispost	o no inscrito no incis	o X	XXIII	, do Art	igo
7, d	da Constituição Federal, que não emprega menor de de	ezoito anos em trabal	ho 1	noturn	o, perig	oso
ou i	insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.					
Res	ssalva: () emprega menor, a partir de quatorze anos, na	condição de aprendi	z.			
(Ass	ssinalar com um " X ", em caso afirmativo, o campo ante	rior)				
Loc	cal e Data:					_
	Carimbo, Assinatura e Identificaçã	ăo do Responsável				



CNPJ 82.925.025/0001-60 Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000 Fone: 48 3267-3200



ANEXO V

MODELO DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE SERVIDOR (MODELO)

(Papel timbrado da empresa)

A empresa,
com sede na,
inscrita no CNPJ, por seu representante legal abaixo-
assinado, DECLARA que nenhum dos seus dirigentes, gerentes ou acionistas detentores de mais de
5% (cinco) por cento do capital ou controlador, responsáveis técnicos, funcionários ou
subcontratados, são servidores da Prefeitura de Nova Trento, sob qualquer regime de contratação.
Local e Data:
Carimbo, Assinatura e Identificação do Responsável



CNPJ 82.925.025/0001-60 Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000 Fone: 48 3267-3200



ANEXO VI

TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO DA BOLSA NACIONAL DE COMPRAS DE INTERMEDIAÇÃO DE OPERAÇÕES

PROCESSO Nº 122/2023 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 081/2023 REGISTRO DE PREÇOS



SOLICITAÇÃO DE CADASTRO AO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO DA BOLSA NACIONAL DE COMPRAS "BNC" E DE INTERMEDIAÇÃO DE OPERAÇÕES

Natureza do Licitante (Pessoa física ou jurídica)					
Nome:(Razão Social)					
CNPJ:	() ME/ EPP				
Endereço:					
Complemento:	Bairro:				
Cidade:	UF:				
CEP:	Inscrição estadual:				
Telefone comercial:					
Representante legal:	E-mail*:				
RG:	Emissor:				
CPF:					
Celular:	Data de nasc:				
Responsável Financeiro:	Telefone:				
e-mail financeiro:					
e-mail () no qual gostaria de re	ceber informativo de editais. Para tanto será				
necessário efetuar o cadastro, afim					
.,					

- 1.Por meio da presente solicitação, o Licitante acima qualificado manifesta sua adesão ao Regulamento do Sistema Eletrônico de Pregões Eletrônicos da Bolsa Nacional de Compras "BNC", do qual declara ter pleno conhecimento, em conformidade com as disposições que seguem.
- 2. São responsabilidades do Licitante:
 - Tomar conhecimento e cumprir todos os dispositivos constantes dos editais de negócios dos quais venha a participar;

^{*}o e-mail obrigatoriamente, deverá do representante legal da empresa



CNPJ 82.925.025/0001-60 Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000 Fone: 48 3267-3200



- ii. Observar e cumprir a regularidade fiscal, apresentando a documentação exigida nos editais para fins de habilitação nas licitações em que for vencedor;
- iii. Observar a legislação pertinente, bem como o disposto nos Estatutos Sociais e nas demais normas e regulamentos expedidos pela Bolsa Nacional de Compras "BNC", dos quais declara ter pleno conhecimento; iv. Designar pessoa responsável para operar o Sistema Eletrônico de Licitações, e se responsabilizar por todos os dados do cadastro realizado no sistema; e
- 3. O Licitante reconhece que a utilização do sistema eletrônico de negociação implica o pagamento de taxas de utilização, conforme previsto no Anexo III do Regulamento Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa Nacional de Compras.
- 4. O Licitante autoriza a Bolsa Nacional de Compras a expedir boleto de cobrança bancária referente às taxas de utilização ora referidas, nos prazos e condições definidos no Anexo III do regulamento.
- 5. A presente solicitação de adesão é válida conforme escolha do licitante, podendo ser rescindido ou revogado, a qualquer tempo, pelo Licitante, mediante comunicação expressa, sem prejuízo das responsabilidades assumidas durante o prazo de vigência ou decorrentes de negócios em andamento.

Local e data:	/	de	20
Representante Legal:			
(Assinaturas autorizadas com firma reconhecida em ca	artório por v	erdadeiro)	



CNPJ 82.925.025/0001-60 Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000 Fone: 48 3267-3200



ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE QUE ATENDE OS REQUISITOS HABILITATÓRIOS (MODELO)

(NOME I	A E	MPRES	SA)									,
												iada
no(a)												
(endereço	com	pleto),	declara	a, sob	as p	enas	da 1	ei, qu	e atende	plenamente	os requisitos	de
habilitação	cons	stantes	do edita	al de Pi	regão	n° 08	31/202	23, da I	refeitura	Municipal d	e Nova Trento.	
Local e Da	ata: _											
			Carim	bo, As	sinatu	ra e I	denti	ficação	do Resp	onsável		



CNPJ 82.925.025/0001-60 Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000 Fone: 48 3267-3200



ANEXO VIII

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO Nº 122/2023 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 081/2023

Aos () dias do mês de de, na sede da Prefeitura Municipal de Nova
Trento, situada na Praça del Comune, nº 126, Centro, em Nova Trento/SC; representada neste ato
pelo seu Prefeito Sr, portador da Cédula de Identidade nº
e CPF nº; e do outro lado a empresa a seguir descrita e
qualificada,, nos termos a Lei Federal N°
10.520 , de 17 de julho de 2002 , do Decreto $N^{\rm o}$ 10.024 , de 20 de setembro de 2019 , Decreto
Municipal nº 003/2013, da Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei
Complementar N° 147, de 7 de agosto de 2014, aplicando-se, subsidiariamente, no que couberem,
as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e atualizações todos representados conforme documento
de credenciamento ou procuração inserta nos autos, resolvem registrar os preços, conforme decisão
exarada no Processo Administrativo nº e HOMOLOGADA, às fls, publicada no
Diário Oficial dos Municípios, edição de (fls/), referente ao Pregão
eletrônico nº 081/2023, consoante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DAS CONDIÇÕES

1.1. Registro de Preços para a contratação parcelada de serviços de Recapagem e vulcanização de Pneus para a frota municipal, conforme quantidades e especificações constantes deste edital.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. Os produtos licitados deverão ser entregues sem ônus para a Prefeitura de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO RECEBIMENTO DO PRODUTO

3.1. Fica responsável pela fiscalização dos produtos, o Secretário Responsável pela solicitação ou outro servidor público indicado por ele que verificará a execução e liquidará a NF confirmando a execução dos serviços. O Servidor ou Secretário deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, conforme Art. 67, *caput* e seus §§1° e 2° da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.



CNPJ 82.925.025/0001-60 Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000 Fone: 48 3267-3200



CLÁUSULA QUARTA - DOS PREÇOS

4.1. Os preços ofertados pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços são os
constantes da planilha de preços anexa, obedecida a classificação no Pregão eletrônico nº 081/2023,
especificadas, detalhadamente, na ata de julgamento de preços, constante às fls a
, atualizado por Despacho homologatório do Sr,
datado de/, constantes dos autos.
4.2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e
condições constantes do Edital do Pregão eletrônico nº 081/2023, que a precedeu, na íntegra, o
presente instrumento de compromisso.
4.3. O preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada no Pregão eletrônico nº
081/2023, pela empresa constante da presente Ata de Registro de Preços e homologada através do
despacho referido no item anterior.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. As despesas decorrentes do presente contrato, correrão por conta de recursos previstos no Orçamento Fiscal de 2023.

CLÁUSULA SEXTA - DA ADEQUAÇÃO DOS PREÇOS

- 6.1. A Comissão Permanente de Licitação poderá, a qualquer tempo, rever os preços registrados, reduzindo-os de conformidade com pesquisa de mercado, para os fins previstos no inciso V do Art. 15 da Lei 8.666/93 com as alterações posteriores, ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado atacadista.
- 6.2. Os preços registrados poderão ser majorados, em decorrência de fato superveniente e de natureza econômica, capaz de comprometer o equilíbrio econômico-financeiro da Contratada, por solicitação motivada da interessada ao Presidente da Comissão de Licitação.
- 6.3. O pedido deverá ser devidamente justificado e instruído com documentos e planilhas analíticas, que comprovem a sua procedência, tais: como listas de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição, matérias primas ou de outros documentos julgados necessários que embasaram a oferta de preços por ocasião da classificação e as apuradas no momento do pedido.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO LOCAL DE ENTREGA E DO PRAZO



CNPJ 82.925.025/0001-60 Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000 Fone: 48 3267-3200



- 7.1. A empresa deverá entregar os produtos nos locais indicados no ITEM "3. DO PRAZO / FORMA DE ENTREGA E FORNECIMENTO", do Anexo I.
- 7.2. Prazo de entrega: em até 05 (cinco) dias uteis, a partir do recebimento da Solicitação de Fornecimento;
- 7.2.1. Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, só iniciando e vencendo os prazos em dia de expediente da Administração Pública em geral. Quando ocorrer o vencimento em dia não útil considerar-se-á o primeiro dia útil subsequente.
- 7.2.2. O não cumprimento do prazo supracitado sujeitará a empresa fornecedora às penalidades cabíveis.

CLÁUSULA OITAVA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

8.1. A presente Ata de Registro de Preços ora firmada, entre a Prefeitura de Nova Trento e a empresa referida no preâmbulo deste instrumento, terá validade de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

- 9.1. O atraso injustificado na entrega do objeto sujeitará o fornecedor às penalidades previstas no Art. 86 e 87 da Lei 8666/93, que será:
- a) multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado;
- b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos.

CLÁUSULA DÉCIMA - RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 10.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, no todo ou em parte, de pleno direito:
- 10.1.1. Pelo Presidente da Comissão de Licitação, em despacho fundamentado.
- 10.1.2. Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços.
- 10.1.3. Se o fornecedor não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a unidade requisitante não aceitar sua justificativa.
- 10.1.4. O fornecedor der causa a rescisão administrativa do contrato decorrente de presente Ata de Registro de Preços.
- 10.1.5. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contato decorrente desta Ata de Registro de Preços.
- 10.1.6. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado.



CNPJ 82.925.025/0001-60 Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000 Fone: 48 3267-3200



- 10.1.7. Por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pela PREF. DE NOVA TRENTO.
- 10.1.8. No caso de endereço incerto, inacessível ou ignorado.
- 10.2. Pela empresa, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir às exigências preestabelecidas na presente Ata de Registro de Preços. No caso, a solicitação para cancelamento de preços registrados deverá ser formulada com a antecedência 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO TERMO CONTRATUAL

11.1. O instrumento contratual poderá ser alterado com fundamento nas disposições previstas no art. 65 da Lei 8.666/93 e com alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

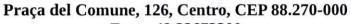
- 12.1. Esta Ata de Registro de Preços é regida pela lei Federal nº 8.666/93 em sua atual redação, e pelo Decreto nº 3.931 de 19 de setembro de 2001, publicado no Diário Oficial dos Municípios, no que for incompatível com a legislação Federal, e, subsidiariamente pelos princípios gerais de direito.
- 12.2. Os prazos previstos neste contrato serão contados nos termos do art. 110 da Lei Federal 8.666/93 com as alterações posteriores.
- 12.3. O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, ainda que a expiração do prazo de entrega previsto no cronograma ocorra após seu vencimento.
- 12.4.Quando se tratar de empresa representante comercial caber-lhe-á, a cada entrega, apresentar Nota Fiscal da prestação do serviço emitida pelo respectivo prestador ou seu legítimo representante.
- 12.5. As partes elegem o foro da Comarca de São João Batista/SC, como domicílio legal, para qualquer procedimento recorrente do cumprimento do contrato ou de instrumento equivalente.

Por estarem de acordo, assinam a presente Ata.

	PREFEITURA DE NOVA TRENTO
Pelas empresas:	
Nome	p/empresa
Nome	p/empresa



CNPJ 82.925.025/0001-60



Fone: 48 32673200



- > Termo de Referência (Anexo I);
- > Declaração de cumprimento dos requisitos habilitatórios (Anexo II);
- > Declaração de inexistência de fatos impeditivos; (Anexo III);
- Declaração de que não emprega menor (Anexo IV);
- > Declaração de ausência de servidor (Anexo V);
- > Minuta de contrato (Anexo VI);
- > Planilha Proposta de Preços (Anexo VII);
- > Termo de Adesão ao Sistema de Pregão Eletrônico do BNC (Anexo VIII);



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO



Praça del Comune, 126 - Centro - Nova Trento CEP: 88270-000 CNPJ: 82.925.025/0001-60 Telefone: (48) 3267-3205

E-mail: protocolo@novatrento.sc.gov.br

PARECER JURÍDICO

Processo Administrativo:

122/2023

Processo de Licitação:

122/2023

Modalidade:

Pregão eletrônico

Número da Licitação:

81/2023-PE

Data do Processo:

17/10/2023

Data da Abertura das Propostas:

14/11/2023

Hora da Abertura das Propostas:

09:00

Nos termos do parágrafo único do art. 38 da Lei Nr. 8.666/93 e suas alterações posteriores, examinamos os termos e documentos referentes a abertura do presente processo licitatório.

A abertura desta licitação, assim como a lavratura dos documentos preliminares, obedeceu o determinado pela referida legislação.

Pelo preenchimento dos requisitos legais, aprovamos a abertura e os termos do presente, opinando pelo prosseguimento deste processo licitatório, em seus demais tramites legais.

Nova Trento, 23 de Outubro de 2023

Anyela Rever Cassaniga OAB/SC 56.863 PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO

Assinatura do Responsável

Nova Trento

PREFEITURA

PROCESSO Nº 122/2023 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 81/2023

Publicação Nº 5268002

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 1259B26C7E2C155BA1DECE0AFBC3F4DA4CA081FF

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NOVA TRENTO

PROCESSO Nº 122/2023 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 081/2023 - REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: O OBJETO DESTE PREGÃO É REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO PARCELADA DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM E VUL-CANIZAÇÃO DE PNEUS PARA A FROTA MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO ANEXO I. Disputa em meio eletrônico COM USO DA PLATAFORMA BNC QUE É CREDENCIADA JUNTO A PLATAFORMA MAIS BRASIL. Empresas interessadas deverão cadastrar-se no Endereço Eletrônico: bnc.org.br

Julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM. Entrega da documentação e propostas até as 08:30 horas do dia 14/11/2023. Início da sessão em MEIO ELETRÔNICO as 09:00 horas do dia 14/11/2023.

Retirada do Edital e demais informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: (48) 3267-3213 ou 3267-3211. Endereço Eletrônico: www.novatrento.sc.gov.br. Email: licitacao@novatrento.sc.gov.br

o Dalsasso Prefeito







PREFEITURA MUNICIPAL NOVA TRENTO – SC AO SETOR DE LICITAÇÃO

REF.: PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 122/2023

PREGÃO ELETRONICO Nº 81/2023

J P BELEZE, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas sob o número 54.054.937/0001-79, com sede no endereço Rua dos Expedicionários, N° 1029. Centro, Ourinhos/SP, por seu representante legal infra-assinado, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, a fim de propor

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DO PREGÃO

com fulcro no art. 41, § 1°, da Lei N° 8.666/93 e XII do Edital supracitado, pelos fatos e fundamentos a seguir aduzidos.

Dos Fatos

A presente impugnação tem por objeto <u>apontar omissão contida</u> <u>no instrumento convocatório</u> em epígrafe <u>cuja prévia correção se mostra indispensável ao interesse público</u> primário e a formulação de proposta para o certame em apreço, o qual tem por objeto a necessidade de contratação de empresa especializada para realização de serviços de ressolagem de diversos tipos de pneus, que serão utilizados nos veículos da frota da municipalidade.

Sabe-se que a ressolagem de pneus é serviço que deve ser prestado por especializadas a fim de garantir a manutenção e o bom funcionamento da frota, bem como guardar a segurança dos pedestres, sendo, portanto, um item de segurança que requer observância de normas e padrões de qualidade. Todavia, ao analisar o instrumento licitatório, vê-se, notadamente no que concerne às exigências para habilitação, que tais padrões de qualidade não podem ser comprovados, porquanto não estão sendo exigidos no Edital.



Portanto, a fim de evitar a posterior nulidade do certame ou empecilhos na execução do contrato, bem como assegurar a integridade das máquinas e dos operadores, é necessário o oferecimento da presente impugnação no intuito de ver adicionada ao Edital a Obrigatoriedade de Registro do Serviço de Reforma da Unidade Reformadora Junto ao Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO– COMO CONDIÇÃO DE HABILITAÇÃO; além da necessidade de observar a caracterização com base em CNAE específico; critérios estes que decorrem de normas técnicas que conduzem o objeto do presente certame e que por isso são normas de apego obrigatório por parte da Administração Pública.

Ao compulsar o edital e seus anexos é possível verificar no item 1.2, "c", do objetivo, a exigência de apresentação do "INMETRO (das bandas de rodagem, ligação e borracha)" para anexar na proposta. Ocorre que, como será aduzido adiante, tal exigência não mais é compatível, haja vista que o próprio órgão certificador não mais disponibiliza esta documentação. Destarte, intencionando ampliar o leque de participação no presente certame, garantindo a observância do supra princípio da indisponibilidade do interesse público, é que se almeja a retificação do presente instrumento convocatório.

Além disso, nota-se também a falta de exigência do Certificado de Regularidade junto ao IBAMA, emitido em nome da marca de ressolagens, como parte integrante dos documentos de qualificação técnica na fase de habilitação do Pregão Eletrônico supra. Esta lacuna no edital é problemática por diversas razões.

A não exigência do certificado IBAMA pode favorecer empresas que ofertam serviços sem a devida certificação e regularidade, em detrimento das que seguem as normas técnicas e ambientais vigentes. É importante considerar que a competitividade saudável deve ser baseada em igualdade de condições. Empresas que se esforçam para obter as certificações necessárias demonstram um compromisso com a qualidade, segurança e respeito ao meio ambiente. Isso, por sua vez, contribui para a promoção de um mercado mais equitativo e atrai bons serviços, pois empresas que investem em práticas sustentáveis são mais propensos a serem confiáveis e a manter relacionamentos comerciais de longo prazo.

DO DIREITO

- DA TEMPESTIVIDADE

A previsão expressa do art. 24 do Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019 traz o prazo decadencial para oferecimento de Impugnação é de até 03 (três) dias úteis anteriores à data da abertura da sessão pública. Bem como o presente edital estipula que poderá haver impugnação em até três dias úteis antes da data fixada. Como o Pregão ocorrerá dia 01/11/2023 e esta impugnação está sendo protocolada dia 31/10/2023, é tempestiva, portanto.

A qualificação técnica da licitante é pressuposto indispensável ao adimplemento de sua habilitação no processo licitatório, visto que a Administração Pública, ao confiar-lhe a execução do objeto da licitação, precisa saber se possui, nos termos da lei (art. 30, inc. I, da Lei nº 8.666/1993), habilitação jurídica plena. Em licitação, a documentação relativa à qualificação técnica deve abranger a prova de atendimento de requisitos previstos em lei ou regulamentos especiais, que é o caso, por isso deverá conter a NECESSIDADE DO CERTIFICADO INEMTRO EM NOME DA LICITANTE



A Lei de Licitações, em seu artigo 30, inciso I, exige registro ou inscrição na entidade profissional competente. Toda empresa que atua no segmento de reformas de pneumáticos (recapagem, recauchutagem, Remoldagem dentre outros) deve obrigatoriamente ter o registro de conformidade do fornecedor devidamente regularizado no INMETRO/INMETRO DA LICITANTE, conforme a Portaria Nº 433 do ME:

"Art. 9°. Após a declaração do fornecedor, os fornecedores do serviço em território nacional, a título gratuito ou oneroso, devem ser registrados no Inmetro, considerando a Portaria INMETRO nº 258, de 6 de agosto de 2020, ou substitutiva. § 1°. A obtenção do registro é condicionante para a prestação do serviço em território nacional e para autorização do uso do Selo de Identificação da Conformidade nos pneus reformados a serem disponibilizados no mercado nacional."

Assim, excluir a certificação do Inmetro é permitir que tais pneus reformados sejam utilizados em vias públicas, fora das especificações da Portaria mencionada, o que poderá ocasionar danos irreparáveis para coletividade e, consequentemente, responsabilização de todos os atores da cadeia de fornecimento

Sabe-se que a exigência de registro no INMETRO tem por objetivo primordial a segurança das pessoas que se utilizam deste serviço, minimizando os riscos de acidentes nas vias públicas. A necessidade de registro da unidade reformadora junto ao INMETRO significa dizer que a prestação do serviço está habilitada e que os produtos utilizados no processo de produção respeitam e atendem aos requisitos normativos e aos regulamentos técnicos de segurança e ao meio ambiente. Sendo assim, a Portaria do INMETRO:

Art. 9°. O detentor do registro deve possuir ferramentas para garantir que o produto, o insumo ou o serviço registrado não ofereça riscos à segurança ou à saúde do consumidor ou do usuário ou ao meio ambiente, independentemente do atendimento às determinações dos regulamentos do Inmetro. §2°. Caso seja identificado pelo próprio detentor do registro que o serviço registrado pode gerar um produto ou insumo que

ofereça o risco definido no Caput, o detentor do registro deverá notificar o Inmetro, em até 48 horas após a essa identificação, com a identificação do produto potencialmente perigoso, o detalhamento do risco e as ações que serão tomadas para mitigá-lo.



Em um processo licitatório, como é o caso, a exigência de que a empresa reformadora de pneus tenha o devido registro junto ao INMETRO é uma condição sem a qual não poderá haver contratação, uma vez que põe em risco a segurança de condutores, terceiros e ao meio ambiente, além de que cabe à Administração Pública zelar e fiscalizar a atuação das pretensas contratadas no sentido de que todas as normas sejam estritamente cumpridas. Neste sentido a Portaria nº 433, de 15 de outubro de 2021 estabelece sanção, inclusive nos casos de omissão. Veja-se:

Art. 11. Constitui infração a ação ou omissão contrária ao disposto nesta Portaria, podendo ensejar as penalidades previstas na Lei nº 9.933, de 1999.

Destarte, a fim de garantir que os pneus reformados não ofereçam riscos que comprometam a segurança dos usuários, à luz do art. 4°. Portaria nº 433, de 15 de outubro de 2021 (INMETRO DA LICITANTE) e considerando que cabe à Administração Pública zelar pelo cumprimento das normas técnicas, pela segurança dos usuários das vias e pela proteção ao meio ambiente é que os serviços de reforma de pneus, objeto deste certame, deverão ser realizados com qualidade.

Essa exigência (inmetro da unidade recapadora) <u>é escorreita</u> e, inclusive, <u>deveria ser adicionada ao instrumento convocatório como qualificação técnica</u>, todavia, no que tange à necessidade de apresentação do registro do INMETRO DO FABRICANTE DA BORRACHA É DESARRAZOADA.

Isso porque a **Portaria INMETRO/MDIC Nº** 56 de 2004 tratava da Avaliação e Conformidade para verificação do desempenho da banda de rodagem e borracha de ligação utilizadas na reforma de pneus. Portanto, havia a necessidade de apresentar laudo do INMETRO para o referido produto. O laudo que dispomos, pertencente à fabricante da borracha, foi expedido no ano de 2019, com validade até 2023. Ocorre que, em meados de 2020, sobreveio uma **Portaria Revogadora** de **Nº** 257/2020, que revogou expressamente diversas outras portarias sem efeito, dúbias ou que haviam sido revogadas tacitamente.

<u>Uma delas foi a mencionada de Nº 56/2004</u>. Desta feita, implicou a **inexigibilidade de laudo do INMETRO** para as bandas de rodagem, borracha de ligação e outros elastômeros. É <u>por conta disso que o registro no INMETRO dos fabricantes de banda de rodagem sofreu cancelamento</u>, porque não há mais razão de existir. Isso culmina na prescindibilidade de sua apresentação.

Thun. de Nova Trento

No que concerne ao <u>registro da licitante recapadora</u>, este é regulamentado por outra portaria do INMETRO, a de Nº 433/21, ora em vigência. Portanto <u>é razoável sua apresentação</u> para fins de qualificação técnica. Do mais, é isso que havíamos por pontuar.

Em anexo, seguem os documentos antigos referentes ao registro no INMETRO e ISO da borracha utilizada e, ao final, a portaria revogadora, com a finalidade de instruir nosso pedido.

Além disso, no que tange à exigência de apresentação do CERTIFICADO DO IBAMA DA LICITANTE, a Lei nº 6.938/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, determina que é obrigatório o registro no IBAMA de "pessoas físicas ou jurídicas que se dedicam a atividades potencialmente poluidoras e/ou à extração, produção, transporte e comercialização de produtos potencialmente perigosos ao meio ambiente, assim como de produtos e subprodutos da fauna e flora" (art. 17, II).

Este entendimento é corroborado pelo Tribunal de Contas da União ao afirmar que "acerca da exigência de habilitação consistente na apresentação de comprovante de inscrição no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP) e de seu respectivo certificado de regularidade, restou esclarecido, de conformidade com as características específicas do objeto da licitação (construção de Laboratório de Sistemas Inerciais), que seguiu o disposto no art. 3º da Lei 8.666/1993 (promoção do desenvolvimento nacional sustentável como objetivo da licitação) e no art. 17, inciso II, da Lei 6.938/1981".

Os documentos ambientais, sobretudo na área de ressolagem de pneus, são uma exigência prevista em lei – portanto, a não satisfação desse comprometimento ou documentação, é infração grave. Essa medida impede a contratação de empresas que estejam funcionando clandestinamente. Isso porque o serviço licitado – reforma de pneus – é prestado por estabelecimento cuja atividade depende de autorização ou licenciamento, por força do disposto na Lei nº 6.398/81, conforme detalhado na informação técnica de fls. 79/86:

Analisando a listagem das atividades contida no Anexo Único da DN 74/2004, verifica-se que a atividade "recauchutagem de pneumáticos", objeto desta licitação, se insere dentre aquelas sujeitas à obtenção de licenciamento ou autorização ambiental de funcionamento. A particularidade do empreendimento, quanto à área e número de empregados, é que sujeitará a atividade a esta ou aquela exigência ambiental.

- DO MÉRITO



A finalidade da licitação é selecionar a proposta mais vantajosa, atendendo os princípios que a norteia, neste sentido segue dispositivos constantes da Lei Federal nº 8.666/93:

Art. 3º: "A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos" – grifamos.

Deste modo, a Administração pública não deve se desvencilhar da observância dos princípios constitucionais norteadores da licitação.

- Incongruências sobre a qualificação técnica.

Sobre a qualificação técnica da licitante, esta é imprescindível no ramo de reforma de pneumáticos usados, tanto é que existe um CNAE próprio para isso (22.12-9-00 - Reforma de pneumáticos usados) o que indica a especialidade da empresa no ramo. Além disso, o Ministério da Economia editou a Portaria Nº 433, de 15 de outubro de 2021 a qual "Aprova o Regulamento Técnico da Qualidade e os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Reforma de Pneus – Consolidado" e o próprio INMETRO editou Portaria Nº 258 de 06 de agosto de 2020 – ambas exigem o Registro do Serviço de Reforma da Unidade prestadora do serviço junto ao INMETRO. O INMETRO define recapagem como sendo "o processo pelo qual um pneu é reformado pela substituição de sua banda de rodagem". (item 4.36 do Anexo I da Portaria nº 433, de 15 de outubro de 2021).

Além de delimitar o que vem a ser recapagem, o INMETRO determina, dentro de suas atribuições legais, a obrigatoriedade de o prestador de serviços que realiza o referido procedimento ser certificado para que seja garantida a preservação da segurança dos usuários de pneus recapados, para tanto prevê, em seu artigo 4º, que a recapagem deverá ser realizada "de forma que o pneu reformado não ofereça riscos que comprometam a segurança dos usuários"

Assim, sendo a obtenção de Certificado de Licenciamento Ambiental ou de Autorização Ambiental de Funcionamento condição sine qua non para o exercício da atividade de reforma de pneus, em virtude de imposição da lei, entendo que a Administração está obrigada a exigir a sua apresentação. Todavia, o Poder Público não está obrigado fazer tal exigência na fase de habilitação, podendo fazê -lo no momento da celebração do contrato, havendo ou não previsão expressa no ato convocatório.



Inobstante reconhecido esmero de todos os servidores desse órgão licitante, porém, é evidente que o edital, da maneira em que se encontra, está em desacordo com as regulamentações legais, portanto imperiosa é sua reforma.

Dos Pedidos

Isto posto requer-se:

- RECEBIMENTO DA PRESENTE IMPUGNAÇÃO, pois tempestiva e fundamentada;
- Seja dado PROVIMENTO a presente Impugnação, suspendendo o certame.
- Seja INSERIDA <u>CLÁUSULA DE QUALIFICAÇÃO</u>
 <u>TÉCNICA como requisito de habilitação</u> referente à
 exigência de CERTIFICADO DO INMETRO EM NOME
 <u>DA LICITANTE</u>, conforme os ditames legais.



 Seja SUPRIMIDA a necessidade de apresentação do CERTIFICADO DO INMETRO DO FABRICANTE DA BORRACHA



Seja INSERIDA <u>CLÁUSULA DE QUALIFICAÇÃO</u>
 <u>TÉCNICA como requisito de habilitação</u> referente à exigência de CERTIFICADO DO IBAMA EM NOME DA LICITANTE, conforme os ditames legais.



 REPUBLICAÇÃO DO EDITAL, ATRAVÉS DE INSTRUMENTO MODIFICATIVO, atendendo assim aos princípios da competitividade e do melhor aproveitamento dos recursos.

Termos em que pede deferimento.

Ourinhos, 31 de outubro de 2023.

J P BELEZE:54054937000179 BELEZE:54054937000179

Assinado de forma digital por JP BELEZE:54054937000179

Dados: 2023.10.31 15:44:49 -03'00'

J P BELEZE CNPJ 54.054.937/0001-79 JEAN PIERRE BELEZE CPF 046.595.968-77 PROPRIETÁRIO



Instituto Falcão Bauer da Qualidade

Certificado de Conformidade



Sistema de Gestão da Qualidade

N° 05690/2018

Emissão: 07/03/2018 Revisão: 04 22/03/2021

Validade 23/02/2024

Solicitante:

UNIQUE RUBBER TECHNOLOGIES LTDA

Endereço:

Avenida Parobe, nº 2323 - Scharlau CEP: 93140-000 - São Leopoldo - RS

CNPJ:

87.235.297/0001-52

Histórico da Certificação:

09/12/1999 à 23/02/2018

Auditoria de Recertificação: 19 a 23/02/2018

Renovado em: 07/03/2018

Norma Aplicável:

ABNT NBR ISO 9001:2015

Escopo da Certificação:

Desenvolvimento, industrialização e comercialização de bandas de rodagem, produtos para reforma de pneus e

compostos de borracha.





Ricardo Assoni Gerente de Certificação Instituto Falcão Bauer da Qualidade



Instituto Falcão Bauer da Qualidade





Sistema de Gestão da Qualidade

Nº 05690/2018

Emissão:

Revisão: 04

Validade 23/02/2024

07/03/2018

22/03/2021

Histórico de Revisões:

nº rev.	Data 07/03/2018	Alterações		
00		Restauração da Certificação; Ajuste da codificação do certificado; Ajuste de texto do escopo; A emissão do certificado nº 05690/2018 cancela e substitui o certificado 73702/2015.		
01	14/08/2018	Adequação ISO 9001:2015		
02	12/02/2021	Recertificação concedida		
03	25/02/2021	Ajuste da validade do certificado		
04	22/03/2021	Revisão do certificado para assinatura digital		

A última revisão substitui e cancela as anteriores





Accessed to Inference of the Indernational Accessed to the Transmit Mullearus Becognition strangement for Duality Management Systems institute Facility Branch Shanagement Systems Institute Facility Branch Shanagement Systems Foundation Branch Shan Paulos SP - Brand CEP 19508-070 Tel: (\$5.11) 3811-1729 (building) Telescope Telescope Strangement Stran IMP. 272 - Revisão 05 de 08/11/2018



São Paulo, 26 de Agosto de 2020.

A Unique Rubber Technologies Ltda Avenida Parobe, 2323 – Boa Vista CEP: 93140-000 – São Leopoldo – RS

À especial atenção de Mônica Luiza da Costa Mücke

CANCELAMENTO DO CERTIFICADO

N° 07201/20200826

O Instituto Falcão Bauer da Qualidade - IFBQ, organismo acreditado pela Coordenação Geral de Acreditação do INMETRO sob nº OVD 0003, para o escopo de Produtos de Banda de Rodagem e Borracha de Ligação para Reforma de Pneus referente a Portaria INMETRO nº 56 de 18 de Fevereiro de 2004, declara ao detentor da certificação, que devido aos motivos abaixo informados o certificado fica CANCELADO, a partir dessa data.

Unique Rubber Technologies Ltda

CNPJ: 87.235.297/0001-52

Avenida Parobe, 2323 – Boa Vista CEP: 93140-000 – São Leopoldo – RS

Modelo / Família:	N° Certificado:	Motivo:
Banda de rodagem para reforma de pneus	07201-01/2019	Cancelamento por
Ligação da banda de rodagem para reforma	07201-02/2019	adequação a Portaria
de pneus		Inmetro nº 257/2020;

DocuSigned by:

Ricardo Assoni

Ricardo Assoni Gerente de Certificação (AHS)





PORTARIA № 257, DE 05 DE AGOSTO DE 2020

Revisa o estoque regulatório com vistas à revogação de atos normativos já revogados tacitamente ou cujos efeitos tenham se exaurido no tempo ou, ainda, cuja necessidade ou significado não pôde ser identificado.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelos artigos 4º, § 2º, da Lei n.º 5.966, de 11 de dezembro de 1973, e 3º, incisos I e IV, da Lei nº 9.933, de 20 de dezembro de 1999, combinado com o disposto nos artigos 18, inciso V, do Anexo I ao Decreto n.º 6.275, de 28 de novembro de 2007, e 105, inciso V, do Anexo à Portaria nº 2, de 4 de janeiro de 2017, do então Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços;

Considerando a alínea "f" do subitem 4.2 do Termo de Referência do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade, aprovado pela Resolução Conmetro nº 04, de 02 de dezembro de 2002, que atribui ao Inmetro a competência para estabelecer as diretrizes e critérios para a atividade de avaliação da conformidade;

Considerando o art. 3º da Lei nº 9.933, de 1999, que atribui competências ao Inmetro, em especial aquelas previstas nos incisos I, IV, VII e XVII, relacionadas à regulamentação técnica de produtos e serviços e ao exercício do poder de polícia administrativa, que caracterizam atribuições de regulação no campo compulsório;

Considerando a necessidade de aprimorar e fortalecer a governança regulatória, na busca constante de maior eficiência e resultados para a sociedade;

Considerando a necessidade de simplificação administrativa e de diminuição do estoque regulatório;

Considerando o Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, que dispõe sobre a revisão e a consolidação dos atos normativos inferiores a Decreto, determinando a obrigatoriedade de revogação, pelos órgãos da administração pública, dos atos já revogados tacitamente ou cujos efeitos tenham se exaurido no tempo ou, ainda, cuja necessidade ou significado não pôde ser identificado;

Considerando o prazo estabelecido no Decreto supramencionado, de 31 de agosto de 2020, referente ao cumprimento da 1ª (primeira) etapa de revisão dos atos normativos;

Considerando a Consulta Pública nº 09, de 13 de março de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 19 de maio de 2020, seção 01, página 30, que colheu contribuições da sociedade em geral para a elaboração do texto ora aprovado;

Considerando o que consta no Processo SEI nº 0052600.002098/2020-26, resolve:

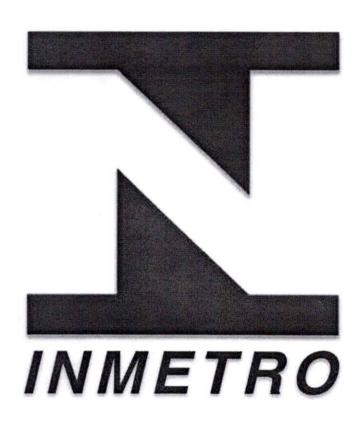
Art. 1° Ficam revogados os atos normativos a seguir relacionados:

- I Portaria INMETRO/MDIC nº 451 de 11/10/2016, publicada no Diário Oficial da União de 14 de outubro de 2016, seção 01, página 80, que autoriza, provisoriamente, o SENAI RS CERTIFICAÇÃO para atuar como Organismo de Certificação de Produtos no escopo de Plataformas Elevatórias Veiculares para Veículos com Características Rodoviárias;
- II Portaria INMETRO/MDIC nº 359 de 03/12/2009, publicada no Diário Oficial da União de 07 de dezembro de 2009, seção 01, página 86, que determina, em caráter excepcional, por um período de 06 (seis) meses, que será permitida a comercialização, por parte de fabricantes e importadores, de adaptadores reversos de plugues e tomadas sem a atestação formal de sua conformidade aos requisitos regulamentados;
- III Portaria INMETRO/MDIC nº 112 de 01/04/2010, publicada no Diário Oficial da União de 06 de abril de 2010, seção 01, páginas 93 e 94, que determina que os artigos 2º e 3º da Portaria Inmetro nº 93/2007, referente a aparelhos para a melhoria da qualidade da água para consumo humano, passem a vigorar com novos prazos;
- IV Portaria INMETRO/MDIC nº 56 de 18/02/2004, publicada no Diário Oficial da União de 19 de fevereiro de 2004, seção 01, página 99, que aprova o Regulamento de Avaliação da Conformidade para verificação de desempenho de Banda de Rodagem e Borracha de ligação, utilizadas para reformas de pneus;
- V Portaria INMETRO/MICT nº 178 de 20/11/1996, publicada no Diário Oficial da União de 27 de novembro de 1996, seção 01, página 24659, que institui a certificação compulsória de conformidade dos capacetes de segurança para os condutores e passageiros de motocicletas, motonetas e veículos similares comercializados no país;
- VI Portaria INMETRO/MDIC nº 95 de 03/08/1999, publicada no Diário Oficial da União de 06 de agosto de 1999, seção 01, página 56, que determina que os fabricantes e importadores de capacetes de segurança para condutores e passageiros de motocicletas, motonetas e veículos similares, comercializados no país, certificados até 31 de julho de 1999, tenham prazo até 29 de fevereiro do ano 2000 para cumprir a norma brasileira NBR 7471/1996;
- VII Portaria INMETRO/MDIC nº 26 de 01/03/1999, publicada no Diário Oficial da União de 08 de março de 1999, seção 01, página 282, que admite que seja efetuada, até 31 de julho de 1999, a certificação de capacetes de segurança para os condutores e passageiros de motocicletas, motonetas e veículos similares, comercializados no País, em conformidade com a norma brasileira NBR7471/88;
- VIII Portaria INMETRO/MDIC nº 66 de 20/02/2008, publicada no Diário Oficial da União de 22 de fevereiro de 2008, seção 01, página 61, que determina que os fabricantes e importadores de capacetes para condutores e passageiros de motocicletas e similares só poderão transportar, expor ou comercializar esses produtos, quando adequados ao Regulamento de Avaliação da Conformidade aprovado pela Portaria Inmetro nº 392, de 25 de outubro de 2007;
- IX Portaria INMETRO/MDIC nº 126 de 04/09/2001, publicada no Diário Oficial da União de 06 de setembro de 2001, seção 01, página 89, que determina que o capacete de proteção para ocupantes de veículos automotores, fabricados de acordo com a NBR 7471/1988, deverão estar fora do mercado de consumo brasileiro no prazo de até 180(cento e oitenta) dias após a data de publicação desta portaria;
- X Portaria INMETRO/MDIC nº 262 de 28/07/2008, publicada no Diário Oficial da União de 29 de julho de 2008, seção 01, página 85, que prorroga por 30 (trinta) dias o prazo para que sejam apresentadas sugestões e críticas relativas a proposta de texto da Portaria Definitiva e do Regulamento de Avaliação da Conformidade para Cursos de Qualificação Social e Profissional, financiados com Recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, aprovados pela Portaria Inmetro nº 218, de 27 de junho de 2008;



Ouripneus J P BELEZE





PORTARIA N° 433 de 15/10/20:

N° DE REGISTRO: 002032/2019

CONCESSÃO: 18/03/2019

PROGRAMA DE AVALIAÇÃO DE CONFORMIDADE SERVIÇO DE REFORMA DE PNEUS

STATUS:

ATIVO

BRASIL (HTTPS://GOV.BR)







Procurando algo?

n-in Adobe Flash Player não é mais compatível Ormidade

Buscar

Pagina inicial (http://www.inmetro.gov.br/)

- / Qualidade (http://www.inmetro.gov.br/qualidade/) / Registro de objeto (../)
- / Consultar registros concedidos

Registro de Objeto Consultar registros concedidos



Q Detalhes do Registro 002032/2019

Status Ativo Concessão

18/03/2019

J P BELEZE EPP

Rua dos Expedicionário, 1051 Cep:19900-041 | Centro - Ourinhos - SP

<u>Tel: (Telefone)</u> (14) 3322.4229 - luis.beleze@ouripneu.com (mailto:luis.beleze@ouripneu.com) - <u>CNPJ:</u> (CNPJ)54.054.937/0001-79

Programa de Avaliação da Conformidade

Serviço de Reforma de Pneus

Portaria Inmetro

Nome de Família

nº (número) 433 de 15/10/2021

Não cadastrado

Certificado

Não aplicável

-Pesquisar histórico de alterações

Data	Alteração	Marca	Modelo	Descrição	
18/03/2019	Incluido	Família A			



CNPJ 82.925.025/0001-60
Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000
Fone: 48 32673215



RESPOSTA Á IMPUGNAÇÃO

Ref. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 122/2023

PROCESSO Nº 081/2023

Cuida-se de resposta ao pedido de Impugnação ao edital interposto pela empresa J P BELEZE, inscrita sob o CNPJ nº 54.054.937/0001-79, ora impugnante, referente ao OBJETO DESTE PREGÃO É REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO PARCELADA DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM E VULCANIZAÇÃO DE PNEUS PARA A FROTA MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO ANEXO I.

I. DA TEMPESTIVIDADE:

No Pregão, a impugnação deve ser apresentada até o segundo dia útil antes da data marcada para a entrega das propostas. A empresa interpôs a impugnação conforme preceitua a legislação, dentro do prazo concedido.

II. DO MÉRITO:

Analisando os termos da impugnação interposta pela Impugnante, que assim solicita:

- a) Seja INSERIDA CLÁUSULA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA como requisito de habilitação referente à exigência de CERTIFICADO DO INMETRO EM NOME DA LICITANTE, conforme os ditames legais.
- b) Seja SUPRIMIDA a necessidade de apresentação do CERTIFICADO DO INMETRO DO FABRICANTE DA BORRACHA
- c) Seja INSERIDA CLÁUSULA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA como requisito de habilitação referente à exigência de CERTIFICADO DO IBAMA EM NOME DA LICITANTE, conforme os ditames legais.
- d) **REPUBLICAÇÃO DO EDITAL**, ATRAVÉS DE INSTRUMENTO MODIFICATIVO, atendendo assim aos princípios da competitividade e do melhor aproveitamento dos recursos.

III. DA ANÁLISE E ESCLARECIMENTOS

Efetuada a síntese da impugnação passa-se a responder e decidir sobre os questionamentos efetuados.



CNPJ 82.925.025/0001-60
Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000
Fone: 48 32673215



Cumpre esclarecer que o objeto da presente licitação consiste na seleção da melhor proposta visando o REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO PARCELADA DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM E VULCANIZAÇÃO DE PNEUS PARA A FROTA MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO ANEXO I.

É discricionariedade do poder público requerer a documentação que melhor lhe convier desde que esta abranja o rol de documentos exigidos para fins de habilitação previstos na Lei 8.666/93 em conformidade com diversos fatores e, desde que estes não restrinjam o caráter competitivo do certame, bem como resguardando o princípio da vantajosidade para a administração.

Como mencionado, a exigência deve ser de forma a melhor atingir o interesse público.

Insurge-se a Impugnante, em apertada síntese, no tocante a supressão da exigência de apresentação do CERTIFICADO DO INMETRO DO FABRICANTE DA BORRACHA constante no item 1 sub item 1.2 alínea C do termo de referência.

O primeiro destaque é sobre os objetivos da licitação, a doutrina é pacífica ao acentuar os traços essenciais e suas finalidades para o êxito de um Processo Licitatório, quanto a isso é interessante apresentar algumas das referências citadas pelos doutrinadores da obra de Meirelles.

Carlos Medeiros Silva preleciona:

"A finalidade da concorrência pública (licitação) é precisamente a de, mediante publicidade adequada, limitar o arbítrio, restringir o âmbito das opções, cercear a livre escolha dos candidatos, tomar objetivos os requisitos das propostas, a fim de impedir soluções pessoais e que não sejam inspiradas no interesse público" ("Parecer" in RDA 79/465. apud. MEIREL1ES, 2007, 27).

J. Nascimento Franco-Nisske Gondo dizem:

"Trata-se de um processo que a um só tempo restringe o arbítrio do agente do Poder Público na seleção dos seus fornecedores, enseja a todos os interessados igualdade de condições na apresentação do negócio e impõe a escolha do que



CNPJ 82.925.025/0001-60
Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000
Fone: 48 32673215



apresentar a melhor proposta" (FRANCO; GONDO. 1969. apud. ME1REL1ES. 2007, 27).

Carlos Ari Sundfeld conceitua licitação como "o procedimento administrativo destinado à escolha de pessoa a ser contratada pela Administração ou a ser beneficiada por ato administrativo singular, no qual são assegurados tanto o direito dos interessados à disputa como a seleção do beneficiário mais adequado ao interesse público" (SUNDFELD, 2005, apud. MEIRELLES, 2007. p. 27)

Celso Antônio Bandeira de Mello em síntese sobre Licitação profere o seguinte ensinamento, vejamos:

Celso Antonio Bandeira de Mello, "Licitação - em suma síntese - é um certame que as entidades governamentais devem promover e no qual abrem disputa entre os interessados em com elas travar determinadas relações de conteúdo patrimonial, para escolher a proposta mais vantajosa às conveniências públicas. Estriba-se na idéia de competição, a ser travada isonomicamente entre os que preencham os atributos e aptidões necessários ao bom cumprimento das obrigações que se propõem assumir". (MELLO, Curso de Direito Administrativo, 2004. p. 483.)

Em resumo a tudo o que foi exposto, o conceito de licitação de José dos Santos Carvalho Filho (2007, p. 209) deixa claro e de forma objetiva, o conceito e a finalidade da licitação, conceituando-a como:

[...] o procedimento administrativo vinculado por meio do qual os entes da Administração Pública e aqueles por ela controlados selecionam a melhor proposta entre as oferecidas pelos vários interessados, com dois objetivos - a celebração de contrato, ou a obtenção do melhor trabalho técnico, artístico ou científico.



CNPJ 82.925.025/0001-60 Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000 Fone: 48 32673215



Em outras palavras, pode-se dizer que a licitação tem como objetivo: a) garantir que todos os interessados possam participar do processo em condições iguais (princípio da isonomia); b) selecionar a proposta mais vantajosa, que como é muito bem esclarecido na obra de Meirelles, têm-se como regra geral o menor preço, (MEIRELLES, 2007, p. 30); c) a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

Dessa forma, pode-se dizer que o objetivo do Edital é garantir que os interessados participem em condições de igualdade, sendo selecionada a proposta mais vantajosa para a Administração. Infere-se ainda, que o procedimento licitatório se realiza mediante uma série de atos administrativos, pelos quais a entidade que pretende contratar e analisar as propostas efetuadas pelos que pretendem ser contratados e escolhe, dentre eles, a mais vantajosa para os cofres públicos, desde que estejam de acordo com o edital e seus anexos. Em razão disso, essa série de atos administrativos sofre um controle por parte do poder público.

A Administração, para elaborar o preço referência e descritivo dos itens, realiza, ou deveria realizar uma pesquisa, com o intuito de documentar o preço que vem sendo praticado no mercado, tais valores correspondem a consulta efetuada e espelham o valor praticado pelos fornecedores do ramo para o produto daquela qualidade. A qualidade e o valor orçado pela Administração é questão destacada pelo notável Prof. Carlos Motta, para a aferição da proposta apresentada na licitação:

Destarte, e em resumo, o critério descrito no art. 48, notadamente, no § 1 almeja aferir parâmetros de concretude, seriedade e firmeza da proposta. A consecução desse objetivo dependerá certamente da fedignidade do valor orçado pela Administração, base de todo o cálculo. (MOTTA, 2008, p. 534)

Não Obstante, urge destacar que os licitantes têm liberdade de elaboração das suas ofertas, podendo minimizar ou até excluir sua margem de lucro e reduzir alguns custos em função da sua atividade, maquinário, estoques, etc. e ainda assim estar apto a executar o objeto da licitação conforme descrito do termo de referencia. Dessa forma entendemos que oportunizamos para participação geral por parte das Empresas que estão se propondo a fornecer os produtos/serviços objetos da presente Licitação, dando nova redação na parte final no item 1 sub item 1.2 alínea C do termo de referência devendo o certificado requerido estar em anexo os docs de habilitação e não mais na proposta como outrora.

Já com relação a exigência de CERTIFICADO DO INMETRO EM NOME DA LICITANTE, bem como CERTIFICADO DO IBAMA EM NOME DA LICITANTE,



CNPJ 82.925.025/0001-60
Praça del Comune, 126, Centro, CEP 88.270-000
Fone: 48 32673215



entendemos total pertinência para que tais exigências constem como qualificação técnica do certame, razão pela qual será confecionada retificação do edital.

Portanto, considerando todo o exposto, resta evidenciado que a exigência editalícia busca garantir o melhor e mais adequado resultado à Administração, devendo prosperar em parte as alegações da impugnante devendo o Edital sofrer alterações conforme os quesitos supra mencionados.

Nesse contexto, verifica-se a necessidade de republicação do certame por afetar a formulação das propostas, necessitando alteração da data de abertura.

IV. DA DECISÃO:

Por fim, considerando as fundamentações aqui demonstradas e, principalmente, em homenagem aos princípios da legalidade, da razoabilidade e da eficiência, decide-se por conhecer da Impugnação e, no mérito, **DEFERIR PRINCIALMENTE** as razões contidas na peça interposta pela empresa **J P BELEZE**.

Nova Trento 01 de novembro de 2023.

FERNANDO SENS

Pregoeiro



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NOVA TRENTO

ERRATA Nº 001 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 122/2023 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 081/2023 de 06 de junho de 2023.

A Prefeitura de Nova Trento, através da comissão permanente de licitações, vem a público retificar a publicação do edital n° 122/2023 de 17/10/2023, O OBJETO DESTE PREGÃO É REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO PARCELADA DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM E VULCANIZAÇÃO DE PNEUS PARA A FROTA MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO ANEXO I.

INCLUI-SE NO ITEM 8.2.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, as alíneas "d" e "e" com as seguintes orações:

- d) Apresentar Certificado do INMETRO em nome da licitante.
- e) Apresentar Certificado do IBAMA em nome da licitante.

Onde se lê,

No Termo de Referência, item 1, sub item 1.2, alínea C

c) Os serviços de recapagem de pneus deverão ser feitos com borracha Classe A, resistente à bitola do pneu e com Certificado do INMETRO (das bandas de rodagem, ligação e borracha). A marca deverá ser especificada na proposta e o Certificado das bandas, ligação e borracha que será utilizada nos serviços de recapagens deverá estar em anexo à proposta.

Leia-se,

No Termo de Referência, item 1, sub item 1.2, alínea C

c) Os serviços de recapagem de pneus deverão ser feitos com borracha Classe A, resistente à bitola do pneu e com Certificado do INMETRO (das bandas de rodagem, ligação e borracha). A marca deverá ser especificada na proposta e o Certificado das bandas, ligação e borracha que será utilizada nos serviços de recapagens deverá estar em anexo à habilitação.

A PRESENTE RETIFICAÇÃO/RATIFICAÇÃO, POR AFETAR A FORMULAÇÃO DAS PROPOSTAS FICA RETIFICADA A DATA DE ABERTURA PARA O DIA 17/11/2023, DATA DE PROCESSAMENTO DO PREGÃO ELETRÔNICO.

Nova Trento/SC, 01 de novembro de 2023.

FERNANDO SENS

Pregoeiro

ERRATA Nº 01 DO PROCESSO Nº 122/2023 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 81/2023

Publicação Nº 5285426

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 251C5BD75A717E480330732E993C2CED5FAA02B3

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NOVA TRENTO



ERRATA Nº 001 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 122/2023 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 081/2023 de 06 de junho de 2023.

A Prefeitura de Nova Trento, através da comissão permanente de licitações, vem a público retificar a publicação do edital nº 122/2023 de 17/10/2023, O OBJETO DESTE PREGÃO É REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO PARCELADA DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM E VULCANIZAÇÃO DE PNEUS PARA A FROTA MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO ANEXO I.

INCLUI-SE NO ITEM 8.2.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, as alíneas "d" e "e" com as seguintes orações:

- d) Apresentar Certificado do INMETRO em nome da licitante.
- e) Apresentar Certificado do IBAMA em nome da licitante.

Onde se lê,

No Termo de Referência, item 1, sub item 1.2, alínea C

c) Os serviços de recapagem de pneus deverão ser feitos com borracha Classe A, resistente à bitola do pneu e com Certificado do INMETRO (das bandas de rodagem, ligação e borracha). A marca deverá ser especificada na proposta e o Certificado das bandas, ligação e borracha que será utilizada nos serviços de recapagens deverá estar em anexo à proposta.

Leia-se,

No Termo de Referência, item 1, sub item 1,2, alínea C

c) Os serviços de recapagem de pneus deverão ser feitos com borracha Classe A, resistente à bitola do pneu e com Certificado do INMETRO (das bandas de rodagem, ligação e borracha). A marca deverá ser especificada na proposta e o Certificado das bandas, ligação e borracha que será utilizada nos serviços de recapagens deverá estar em anexo à habilitação.

A PRESENTE RETIFICAÇÃO/RATIFICAÇÃO, POR AFETAR A FORMULAÇÃO DAS PROPOSTAS FICA RETIFICADA A DATA DE ABERTURA PARA O DIA 17/11/2023, DATA DE PROCESSAMENTO DO PREGÃO ELETRÔNICO.

Nova Trento/SC, 01 de novembro de 2023.

FERNANDO SENS Pregoeiro